

Natália Silveira Antunes

Expansão da Educação Superior: o contexto dos cursos de
Educação Física no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física, linha de pesquisa Escola, formação e trabalho da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Orientadora: Profa. Dr^a. Valdelaine da Rosa Mendes

Pelotas, 2012.

Dados de Catalogação na Publicação e Normalização do Trabalho

A636e Antunes, Natália Silveira
Expansão da educação superior: o contexto dos cursos de educação Física no Brasil / Natália Silveira Antunes; orientadora Valdelaine da Rosa Mendes. - Pelotas, 2012.
100f.

Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, linha de pesquisa Escola, formação e trabalho da Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal de Pelotas.

1. Ensino Superior-Expansão-Brasil 2. Educação Física-Cursos-Brasil. I. Mendes, Valdelaine da Rosa, orient. II. Título.

CDD: 378

Bibliotecária Carmen Lúcia Lobo Giusti CRB 10/813

Banca examinadora:

.....

Profª Drª Valdelaine da Rosa Mendes (Orientadora/ UFPel)

.....

Prof. Dr. Elisandro Schultz Wittizorecki (ESEF/ UFRGS)

.....

Prof. Dr. Luiz Fernando Camargo Veronez (ESEF/ UFPel)

.....

Prof. Dr. Marcio Xavier Bonorino Figueiredo (ESEF/ UFPel)

Dedico este trabalho às pessoas fundamentais na minha vida, pelo constante incentivo e oportunidades de continuar meus estudos.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por acreditar que existe algo maior que nos rege e nos orienta e em muitos momentos nos mostra os caminhos para fortalecer as nossas ações.

À minha mãe (Celina), sem palavras para agradecê-la pela constante força, ajuda, incentivo e por compreender os motivos da minha ausência. Ao meu pai (Aloizi) e ao meu irmão (Vinicus) pelo apoio.

Ao meu namorado (Maurício) pelo companheirismo, pela força e o apoio sempre presentes, por aguentar os meus choros e desesperos nos momentos mais tensos.

À minha sogra (Carmen Lúcia), por compartilharmos este momento de angústia com a escrita de nossas dissertações e por me ajudar na estrutura técnica deste trabalho.

À minha professora, orientadora e amiga, Valdelaine da Rosa Mendes, por todos os ensinamentos, contribuições, pelas constantes indicações de leitura para a elaboração deste estudo, pelas inúmeras correções, e por compreender as minhas ansiedades. Também gostaria de felicitá-la pela nova fase de sua vida – a maternidade – Parabéns!

Às minhas “amigas-irmãs”, em especial à amiga Luciana, por dividirmos este momento e por estar sempre disposta a me ajudar.

Aos colegas professores de Educação Física do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense pelo apoio e compreensão neste momento.

Aos professores da banca examinadora, Elisandro Schultz Wittizorecki, Luiz Fernando Camargo Veronez, Marcio Xavier Bonorino Figueiredo por poder contar com suas participações, críticas e, principalmente, por colaborarem com o avanço da produção do conhecimento.

A coordenação-Geral de Sistema Integrado de Informações Educacionais do Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, em especial a Maria das Dores Pereira da Rosa por todos os esclarecimentos concedidos para a pesquisa referentes aos dados fornecidos pelo INEP.

Ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação Física da ESEF/UFPel, aos professores e servidores desta instituição, a todos os colegas do mestrado, em especial a colega Cristina pela parceria e amizade.

Para fechar, agradeço a todos, família e amigos, que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste estudo. Obrigada!

Resumo

ANTUNES, Natália Silveira. Expansão da educação superior: o contexto dos cursos de Educação Física no Brasil. 2012.100f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Esta pesquisa procurou analisar como se configura a expansão do ensino superior no Brasil, com foco nos cursos de Educação Física. Caracteriza-se como um estudo explicativo documental, tendo como fonte o banco de dados do Ministério da Educação sobre o Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; como também com a Legislação do ensino superior. Utilizou-se o universo do ensino superior, a partir de meados da década de 1990 relacionado com a política adotada no governo de Fernando Henrique Cardoso, e o último censo atualizado no momento da investigação, o ano 2009, com a política presente no mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Os achados revelam que o ensino superior brasileiro está envolvido num complexo e heterogêneo modelo de educação, baseado nos interesses de organismos internacionais marcado por mudanças na organização do sistema e privatização da educação superior tornando o Estado omisso de suas obrigações com o ensino público procurando investir junto ao setor privado. Os resultados apontam que no ano de 2009, do total de 2.314 Instituições de ensino superior (IES), 89,4% estão vinculadas ao setor privado; e 10,6% no setor público. Além disso, houve um crescimento de 353,7% no número de cursos de graduação presencial. Já com relação aos cursos de Educação Física, no último censo analisado há registros de 825 cursos, sendo 27% em IES públicas; e 73,3% em IES privadas, com expansão a partir do ano de 2000 concentrados na região sudeste e sul do país, predominantemente, nas instituições de natureza privada e em estabelecimentos isolados. Como visto, o aumento dos cursos de Educação Física segue a própria lógica nacional de crescimento, diante de um processo amplo de mudanças estruturais na economia. Portanto, para garantir maior oferta de acesso ao ensino superior precisa-se pensar num conjunto de políticas públicas, que estejam interligadas com os interesses e necessidades da sociedade.

Palavras-Chave: ensino superior, educação física, expansão, Brasil.

Abstract

ANTUNES, Natalia Silveira. Expansion of higher education: the context of physical education courses in Brazil. 2012. 100f. Thesis (Master Degree) – Programa de Pós Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Pelotas.

This research sought to examine how to configure the expansion of higher education in Brazil, with a focus on courses in Physical Education. It is characterized as an explicative study documentary, having as a source the data bank of the Ministry of Education on the Higher Education Census carried out by the National Institute for Educational Research Anísio Teixeira; as also to the Law of higher education. We used the universe of higher education, from the middle of the decade of 1990 related to the policy adopted by the government of Fernando Henrique Cardoso, and the last census updated at the time of the research, the year 2009, with the policy present in mandate of Luiz Inácio Lula da Silva. The findings show that the Brazilian higher education is involved in a complex and heterogeneous model of education, based on the interests of international bodies marked by changes in the organization of the system and the privatization of higher education by making the State fails to its obligations to the public education seeking to invest in the private sector. The results indicate that in the year 2009, the total of 2,314 higher education institutions (HEIS), 89.4 % are tied to the private sector; and 10.6 % in the public sector. In addition, there was an increase of 353.7 % in the number of undergraduate courses onsite. As for the courses of Physical Education, in the last census analyzed there are records of 825 courses, with 27% of SPECIES; and 73.3 % in private, with expansion from the year of 2000 concentrated in the southeast and south of the country, predominantly, in the institutions of a private nature and in establishments isolates. As seen, the increase of the courses of Physical Education follows the logic of growth in the face of a wide-ranging process of structural changes in the economy. Therefore, to ensure greater access to higher education needs to be thinking about a set of public policies, which are interconnected with the interests and needs of society.

Key Words: higher education, physical education, expansion, Brazil.

Lista de Figuras

- Figura 1 Gráfico demonstrativo da evolução do número de cursos de graduação presencial em Educação Física no Brasil 1991 a 2009 83
- Figura 2 Gráfico demonstrativo da evolução do número de cursos na graduação presencial de Educação Física, segundo categoria administrativa, 1997/2001/2005/2009. 84

Lista de Tabelas

Tabela 1	Número de Instituições na Educação Superior em cursos de graduação presencial, segundo organização acadêmica e dependência administrativa, em 2009.	67
Tabela 2	Evolução do número de Instituições na Educação Superior, segundo a categoria administrativa e a organização acadêmica – 1997/2001/2005/2009.	68
Tabela 3	Número de Instituições de Educação Superior, por organização acadêmica e dependência administrativa, segundo região geográfica , em 2009.	70
Tabela 4	Evolução do número de cursos de graduação presencial, por categoria administrativa– 1997/ 2001/ 2005/ 2009.	71
Tabela 5	Número de cursos na graduação presencial, por organização acadêmica e dependência administrativa, segundo a região geográfica, em 2009.	72
Tabela 6	Matrículas em cursos de graduação presencial, segundo dependência administrativa e por organização acadêmica, em 2009.	73
Tabela 7	Evolução do número de matrículas na Educação Superior, por dependência administrativa – 1997/2001/2005 e 2009.	74
Tabela 8	Número de vagas oferecidas, ingressos, matrículas e concluintes, segundo dependência administrativa, em 2009.	75
Tabela 9	Número de cursos na graduação presencial de Educação Física, segundo organização acadêmica e dependência administrativa, em 2009.	76
Tabela 10	Número de cursos de Educação Física na Educação Superior, por organização acadêmica e dependência administrativa, segundo a região geográfica, em 2009.	78
Tabela 11	Número de cursos na graduação presencial em Educação Física, segundo programa e/ou cursos, por dependência administrativa e região geográfica, em 2009.	79

- Tabela 12 Programas e/ou cursos de Educação Física na graduação presencial, por organização acadêmica e dependência administrativa, em 2009. 81
- Tabela 13 Evolução do número de cursos, matrículas, vagas oferecidas e concluintes na graduação presencial em Educação Física – 1997/2001/2005/ 2009. 85

Lista de Abreviaturas

BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CF	Constituição Federal
CFE	Conselho Federal de Educação
CONFEF	Conselho Federal de Educação Física
CREF	Conselho Regional de Educação Física
Creduc	Programa de Crédito Educativo
DAs	Diretórios Acadêmicos dos estudantes
DEF	Divisão de Educação Física
DEED	Diretoria de Estatística Educacionais
DCEs	Diretórios Centrais dos estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FIES	Fundo de Financiamento ao estudante do ensino superior
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
Inep	Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Texeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE	Ministério da Administração Federal
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
ProUni	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SISu	Sistema de Seleção Unificada
UAB	Universidade Aberta do Brasil

Sumário

Introdução	14
1 Retrospectiva da educação superior no Brasil	22
1.1 O contexto da educação superior: décadas de 1980 e 1990	26
2 O público e o privado na Educação Superior	34
2.1 Entre o Público e o Privado: do campo educacional à educação superior.	36
2.1.1 Educação Superior: as mudanças educacionais nos anos 1990	41
2.2 “Novas” Políticas Educacionais para a educação superior brasileira.....	43
3 A expansão em nível superior da Educação Física no Brasil	50
3.1 FASE I: Os primeiros registros da Educação Física no Brasil	51
3.1.1 Primeiros cursos de Educação Física no Brasil	52
3.2 FASE II: A abertura política no Brasil e a fragmentação da área de Educação Física	57
3.3 FASE III: (Re)organização da Educação Física – as Diretrizes Curriculares Nacionais e o crescimento do curso	62
4 Indicadores da educação superior no Brasil: um enfoque nos cursos de Educação Física	66
4.1 Considerações gerais sobre o ensino superior no Brasil	66
4.2 Percepção sobre os cursos de graduação presencial em Educação Física no Brasil	76
4.3 O contexto dos cursos de Educação Física na educação superior no Brasil	86
Considerações finais	88
Referências	93

Introdução

A educação é um dos pilares dos direitos humanos, da democracia, do desenvolvimento sustentável e da paz. Como um direito do cidadão, a educação deve ser acessível a todos e estar a serviço da sociedade.

Um papel fundamental da educação é o de possibilitar o acesso a uma escola pautada em uma formação cidadã, que respeite as singularidades e características dos estudantes. O artigo 205 da Constituição Federal (CF) de 1988, em seu Capítulo III, Seção I, estabelece que

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, percebe-se que as ações desenvolvidas pelo Estado em relação à educação no país devem ser pensadas juntamente com a sociedade, pois a partir da inserção do indivíduo neste meio, de forma igualitária, pautada na qualidade do ensino e respeitando as suas diferenças, é que este cidadão estará se preparando para a vida.

Ainda que o Estado seja obrigado a oferecer a educação, isto não ocorre com o ensino superior, pois a participação neste espaço educacional é de livre “opção” do cidadão. Porém, há a necessidade de possibilitar acesso a todos àqueles que demonstram interesse por uma qualificação profissional no ensino superior, através de uma formação em um espaço plural, no qual se possa exercitar o conhecimento, a cidadania, o diálogo, a tolerância e o reconhecimento da diversidade social.

Como discorre Sguissardi, (2000, p.12):

[...] A educação superior, sabe-se, é um desafio para todos os países, mas, assim como a fome, põe-se em grau e escala extremamente variáveis segundo o estágio e modo de desenvolvimento de cada nação. Em cada país, a educação superior foi e será chamada a exercer determinados papéis, de acordo com a própria história e avanços sociodemocráticos desses países e de seu sistema educacional.

Diante disso, compreender o papel da educação superior no Brasil, especialmente, no que diz respeito ao processo de expansão deste nível educacional, implica analisar as reformas do Estado que marcaram a história política e econômica do país.

Em vista disso, a partir de um regaste histórico, a proposta deste estudo surgiu na tentativa de poder refletir sobre o funcionamento do sistema superior brasileiro, e sua atual configuração e organização.

Com relação aos processos que marcaram a constituição do sistema universitário no Brasil destaca-se a expansão promovida pelo Regime Militar (1964 - 1985), que procurou massificar a educação como forma de garantir a oferta de trabalho nos mais diversos setores do mercado, entre as medidas desta época vale ressaltar a reforma universitária de 1968¹.

Para compreender o atual estágio da educação superior no país é fundamental analisar nas medidas tomadas a partir dos anos 1990, nos dois mandatos do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Entre elas, está o incentivo à reforma do Estado, quando ocorreu a privatização de vários serviços estatais. Esse fenômeno foi acompanhado da globalização do capital financeiro, sendo visíveis as mudanças que ocorreram no âmbito do aparelho do Estado, como a abertura do mercado interno para a importação de mercadorias e serviços e os investimentos externos.

Entre as reformas que ocorreram no país, na década de 1990, destaca-se as mudanças no ensino superior baseada no documento *La enseñanza superior – las lecciones derivadas de la experiencia*, publicado em 1994 pelo Banco Mundial (BM),

¹ Segundo Fávero (2006), os argumentos apontados para a reforma estavam relacionados à necessidade do ensino superior e das instituições universitárias a se adequarem as demandas do país. Entre as propostas estão: a defesa aos princípios de autonomia e autoridade; a dimensão técnica e administrativa do processo de reestruturação do ensino superior, ou seja, visava à modernização e a expansão das instituições públicas, destacando as universidades federais.

no qual foram apresentadas quatro estratégias para a reforma da educação superior na América Latina, Ásia e Caribe. De acordo com Fávero (2006), a primeira estratégia refere-se à diversificação das instituições de ensino superior e dos cursos, sob o pressuposto da necessidade de existência de universidades públicas, privadas e de instituições não universitárias, incluindo os cursos politécnicos, os cursos de curta duração, os ciclos e o ensino a distância. A segunda expõe a diversificação das fontes de financiamento das universidades públicas, o BM defendia a necessidade de cobrança de matrículas e mensalidades para os estudantes e o corte de verbas públicas para as atividades consideradas não relacionadas com a educação (BANCO MUNDIAL, 1994). A terceira estratégia definiu as funções do Estado no sentido de construir um novo arcabouço político e jurídico que viabilizasse a implantação das diretrizes privatizantes da educação. Por fim, a quarta estratégia, propõe a implantação de uma política de “qualificação” do ensino superior concebida a partir do eficiente atendimento aos setores privado.

Como referência ao período (1995-2002) de FHC, do PSDB, vale ressaltar Silva Jr. e Sguissardi (2001), quando tratam da matriz ideológica presente neste governo, baseada principalmente na privatização dos serviços públicos, como o caso do ensino superior. Os autores destacam alguns pontos desse projeto, como a mudança na concepção do Estado, na visão do ensino superior e no processo de expansão deste sistema educacional no Brasil. Através destas mudanças é possível compreender as estratégias utilizadas no período e as ações para a reforma deste nível educacional, pois se pensava que o ensino superior brasileiro tinha como tarefa principal qualificar os recursos humanos para modernizar a sociedade.

O fenômeno da expansão da educação superior no país pode ser entendido, como dito anteriormente, pelo processo de diferenciação institucional, referentes às recomendações do documento do BM, pois, observa-se a proliferação de estabelecimentos acadêmicos que dispõem de práticas diferenciadas. Algumas voltadas para o ensino, para uma formação cidadã, e outras dirigidas apenas para a transmissão do conhecimento, com o intuito de atender de forma imediata os interesses do mercado. Isso significa, segundo Oliveira (2001, p. 11), que as “[...] propostas de ‘diferenciação’ institucional que vão no sentido de criarem a universidade para os pobres, os meros centros repassadores de conhecimento, e a

universidade dos ricos, os centros de excelência, são profundamente antidemocráticas [...]”.

Tem-se notado, nas últimas décadas, o aumento do número de instituições, de cursos, de matrículas, de funções docentes, muitas vezes desprovido do cuidado no direcionamento das ações para uma melhor qualidade de ensino.

Já em 2003, pôde-se notar, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, a continuidade de projetos iniciados no governo anterior, de um partido opositor (PSDB), com relação ao ensino superior. Percebe-se, através das ações desenvolvidas no governo Lula, a criação de programas governamentais para aumentar o acesso ao ensino superior, como a Universidade para Todos (ProUni), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Neste último programa observa-se uma série de medidas adotadas pelo governo para retomar o crescimento do ensino superior público, visando a expansão física, acadêmica e pedagógica das universidades federais. Tais iniciativas são direcionadas pela intervenção pública, com o argumento de democratização do acesso ao ensino superior (PEREIRA ; SILVA, 2010).

No entanto, algumas destas ações do governo para ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior acabam por provocar novos desdobramentos com relação à expansão deste nível educacional, como o descuido com a qualidade do ensino e a falta de sincronia entre o que é ministrado no sistema universitário e os interesses da sociedade.

Nesse sentido, no início do século XXI percebe-se a massificação da educação superior no Brasil com o intuito de garantir a oferta de trabalho nos mais diversos setores do mercado. Verifica-se assim, o aumento de investimentos do Estado na iniciativa privada, para o funcionamento de instituições particulares, com base no incentivo ao mercado, reforçando a mercantilização do ensino relacionado com as novas características presentes na organização da educação de nível superior (CHAVES; LIMA; MEDEIROS, 2006).

Com relação, especificamente, aos cursos de Educação Física, foco deste estudo, verifica-se um fenômeno importante no que diz respeito às políticas educacionais: a expansão dos cursos e as novas formas de organização institucional acompanham a tendência de crescimento da educação superior no Brasil.

De acordo com o resumo técnico do Censo da Educação Superior de 2009, elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os cursos presenciais de graduação em Educação Física aparecem entre os dez mais procurados em número de matrículas por modalidade de ensino. Pode-se explicar este dado partindo-se da diversificação e diferenciação de instituições de ensino superior presentes no país, além do fator de incentivo do Estado à iniciativa privada.

Nesse sentido, o objetivo do trabalho é o de analisar como se configura o processo de expansão do ensino superior no Brasil, com foco nos cursos de Educação Física. Além disso, pretende-se:

- compreender de que forma ocorreu à expansão da educação superior no Brasil;
- localizar o curso de formação em Educação Física no meio da expansão do ensino superior;
- situar as regiões do país onde o crescimento dos cursos de Educação Física foi mais acentuado;
- analisar a configuração do ensino superior no Brasil nos setores público e privado e, em particular, nos cursos de Educação Física.

A pesquisa justifica-se pela compreensão de que o tema em análise possa contribuir no aumento do referencial teórico sobre o entendimento das complexas relações presentes no ensino superior brasileiro, que determinaram a expansão do setor de forma desordenada nas últimas décadas e, em especial, sobre as consequências deste fenômeno para os cursos de Educação Física.

Caracteriza-se a pesquisa como um estudo explicativo, pois, neste tipo de investigação, como expõe Gil (2010, p.28), “Têm-se como propósito identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos”. Já quanto aos métodos técnicos para a coleta de dados, o estudo enquadra-se numa pesquisa do tipo documental, já que, como coloca Gil (2010, p.31),

[...] a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas [...]. O conceito de documento é bastante amplo, já que este pode ser constituído por qualquer objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento.

Este tipo de investigação proporciona condições para uma visão ampla do fenômeno em estudo, permitindo compreendê-lo a partir de diferentes aspectos que envolvem o processo de expansão do ensino superior no país.

Na coleta dos dados foi realizada uma análise documental da educação superior no Brasil, que contou com os registros de 1997 a 2009 do Censo da Educação Superior; com a legislação e documentos da educação superior. Também foram analisados estudos já realizados sobre o tema, como de: Cavalcante (2000) – Educação Superior: conceitos, definições e classificações; de Chaves; Lima; Medeiros (2006), sobre a Reforma da educação superior brasileira. De Fernando Henrique Cardoso à Luiz Inácio Lula da Silva: políticas de expansão, diversificação e privatização da educação superior brasileira; do INEP (2006) sobre a Trajetória dos cursos de graduação na saúde: 1991 -2004, de Neira; Eto (2005) Expansão dos cursos de Educação Física no Estado de Mato Grosso do Sul e Região Centro-Oeste: uma análise da política educacional do Ensino Superior.

Anualmente, o Inep realiza a coleta de dados sobre a educação superior, com o objetivo de oferecer informações detalhadas sobre a situação atual e apontar as grandes tendências do setor, tanto à comunidade acadêmica quanto à sociedade em geral. A coleta de dados se baseia no Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008.

O censo da educação superior reúne informações sobre as instituições de ensino superior, seus cursos de graduação presencial ou à distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa (BRASIL, 2008).

Como forma de divulgação dos resultados, é disponibilizado, primeiramente, o resumo técnico, que apresenta a estrutura da coleta e a sistematização de algumas informações importantes. Também são expostas algumas planilhas, organizadas por anos, com análises preliminares das séries históricas do ensino superior no Brasil. Os dados mais específicos podem ser encontrados nas sinopses dos censos, que correspondem a um conjunto de tabelas organizadas por tema, apresentando dados agregados referentes a instituições, recursos humanos, cursos de graduação presenciais, processos seletivos, matrícula, concluintes, cursos de graduação a distância, cursos sequenciais presenciais e a distância, instituições federais, disponíveis para *download* na página do instituto.

Para este estudo num primeiro momento buscou-se observar as informações contidas em cada Censo analisado, já no segundo momento procurou-se analisar os dados que poderiam ser comparados nos anos pesquisados, pois ocorreram mudanças nas planilhas organizadas em cada ano pelo INEP, como forma de apresentá-las com resultados mais específicos sobre o ensino superior no Brasil. Dessa forma, foram selecionados os pontos relevantes, como: as categorias administrativas das instituições, a organização acadêmica, o número de instituições e os cursos de Educação Física na graduação presencial de cada ano pesquisado, em seguida foi organizado em uma tabela inicial com as informações gerais sobre a educação superior, tendo como critério de seleção os objetivos específicos do estudo.

O próximo ponto para construção das tabelas foram os esclarecimentos sobre os dados estatísticos de educação superior com a Coordenação-Geral de Sistema Integrado de Informações Educacionais do Inep, por meio eletrônico, *e-mail*, e telefônico. A coordenadora repassou quatro planilhas, contendo, detalhadamente as informações dos cursos de graduação presencial de Educação Física do Censo de 2008 e 2009 e também uma planilha com a evolução dos cursos de Educação Física de 1991 a 2009.

A partir deste ponto foram criadas tabelas elaboradas com os dados selecionados dos documentos pesquisados sobre o ensino superior com graduação presencial. Primeiramente priorizou os resultados sobre a evolução do ensino superior no Brasil, sendo os anos analisados agrupados em 4 anos (1997

/2001/2005/2009). Em seguida criaram-se novas tabelas subdivididas entre número de instituições, organização acadêmica, categoria administrativa, região geográfica. Já em outro momento as tabelas foram criadas para analisar as mudanças com relação aos tipos de cursos e/ou programas de Educação Física no país, neste ponto foi utilizada o mesmo procedimento exposto sobre os dados gerais da educação superior. Na sequência foi feita a análise e a interpretação dos dados relacionados com a educação superior no Brasil e, especificamente relativo aos cursos de Educação Física.

Optou-se, para melhor sistematização da dissertação, por uma divisão em quatro capítulos. O primeiro refere-se ao desenvolvimento de uma base histórico-conceitual da educação superior no Brasil. Para tanto, procurou-se realizar uma revisão bibliográfica, de autores que trabalham com a temática em estudo. Buscou-se, mesmo sabendo da inviabilidade, neste estudo, de se apontar detalhadamente toda a trajetória do ensino superior brasileiro, evidenciar os pontos mais importantes relacionados com o objetivo do estudo, para, então, chegar à atual conjuntura deste nível de ensino. Além disso, foram registrados os processos de expansão do ensino superior, até sua ampliação nos anos 1990, relacionando-os com os fatores políticos, sociais e econômicos que marcaram o Brasil.

No segundo capítulo, foi enfatizado um dos grandes fatores que envolvem o ensino superior no Brasil. Dessa forma, com a contribuição de trabalhos de autores, este capítulo teve como foco analisar a participação dos setores público e privado na educação superior.

O terceiro capítulo refere-se ao curso de Educação Física no ensino superior. Para isso, procurou-se realizar uma retrospectiva da história, dos fatos e aspectos marcantes da formação do campo universitário em Educação Física no país.

O último capítulo refere-se à apresentação e interpretação dos dados referentes à expansão do ensino superior no Brasil, com a utilização do Censo da Educação Superior para evidenciar os pontos do crescimento deste nível de ensino e, especificamente, dos cursos de Educação Física.

1 Retrospectiva da educação superior no Brasil

Neste capítulo, pretende-se percorrer a história da educação superior no país, tendo como referência estudos de determinadas obras que contribuíram para compreendê-la no cenário atual. Desta forma, serão apresentadas algumas considerações históricas para melhor localizar, no tempo e no espaço, a trajetória da educação superior brasileira.

As origens e as características do processo de desenvolvimento do sistema de ensino superior brasileiro podem ser consideradas diferenciadas no contexto latino-americano, pois os espanhóis fundaram universidades em seus territórios na América desde o século XVI. No Brasil, a criação de instituições de ensino superior só teve início a partir de meados do século XIX (OLIVEN, 2002), este fator está relacionado ao modelo de universidade adotado no país, um baseado no modelo napoleônico (universidade profissionalizante) e outro no modelo humboldtiano (tríade entre ensino-pesquisa e extensão), que se mostraram bastante adequados às sociedades durante um determinado momento histórico, mas que tornou-se inviável no conjunto das instituições. Estes modelos ajudam a pensar o papel da universidade no país, mas, além disso, são importantes para compreender a história do ensino superior.

Primeiramente, retoma-se o período colonial no Brasil, mais precisamente o ano de 1808, momento da vinda da família real para o país. De acordo com Oliven (2002), com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil os comerciantes da Bahia solicitaram ao Príncipe Regente, Dom João VI, a criação de uma universidade no país. Para tanto, estavam dispostos a colaborar financeiramente. Como não era possível, naquele momento, a instituição de uma universidade, foram criados em Salvador os cursos de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia. Já com a transferência da

Corte para o Rio de Janeiro, foram instaladas instituições formais de ensino, como uma escola de Cirurgia, Academias Militares e a Escola de Belas Artes (OLIVEN, 2002).

Os primeiros espaços educacionais denominados faculdades no país ofereciam cursos de Medicina, Direito e Politécnica. Eram estabelecimentos independentes e de caráter profissionalizante, com o objetivo fundamental de atender de forma imediata os interesses da Corte.

Além disso, desde as primeiras tentativas de implantação do ensino superior no Brasil, ou seja, a partir da criação do ensino profissional, este sistema educacional segue a tônica de subordinação ao governo central, o qual contribuiu para as alterações presentes ao longo dos tempos.

No final do século XIX, no momento da Proclamação da República (1889), existiam apenas 24 estabelecimentos de ensino superior; já com a Constituição da República (1891), surgiram os estabelecimentos isolados criados pela iniciativa privada, devido à possibilidade legal para a abertura destas instituições presente na Constituição. Houve neste período a expansão da educação superior, que descentralizou a oferta deste nível de ensino, passando para 133 escolas isoladas, das quais 86 criadas na década de 1920 (TEXEIRA, 1969).

No início do século XX, em 1912, surgiu a Universidade do Paraná, que seria a primeira universidade brasileira, mas, por não atender a um dos requisitos da legislação – estar localizada numa cidade com mais de 100 mil habitantes – o governo federal não a reconheceu como instituição superior naquele momento, sendo autorizada a funcionar como tal somente em 1946.

No período da República Velha (1889 – 1930), no Rio de Janeiro, com a Lei nº 2.914, de 5 de janeiro de 1915, ou seja, a Reforma Carlos Maximiliano, reuniu-se as três faculdades existentes (Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito) em uma “universidade”, o que só veio a se concretizar em 1920, com o Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920. Assim, neste ano, surgiu a primeira universidade no Brasil – a Universidade do Rio de Janeiro, que manteve o caráter individualista, já que não se modificou a estrutura acadêmico-administrativa

das faculdades isoladas existentes anteriormente, conservando a orientação profissional de seus cursos e a autonomia de cada instituição.

Em 1939, esta mesma universidade se transformaria na Universidade do Brasil, servindo de modelo único de ensino superior para todo território brasileiro. Atualmente, esta instituição refere-se à Universidade Federal do Rio de Janeiro. (OLIVEN, 2002)

Para desenvolver o ensino superior, cria-se, em 1930, o Estatuto das Universidades brasileiras, por decreto presidencial, em vigor até 1961. Este estatuto definiu a organização das universidades, a partir da reunião das faculdades isoladas existentes, além de estabelecer a natureza das instituições de ensino superior. A universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual, municipal), ou livre, consideradas no caso as instituições particulares (OLIVEN, 2002).

Diante disso, a Universidade de São Paulo, em 1934, foi a primeira universidade estadual com alto padrão acadêmico-científico a se adequar ao referido estatuto, livre do controle direto do governo federal. Já na década de 1940, foram criadas as primeiras universidades privadas, geridas por organizações religiosas católicas, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a de São Paulo e a do Rio Grande do Sul. Essas instituições criaram cursos abrangendo, principalmente, as áreas sociais e humanas. Há registros, neste período, de que as faculdades profissionais existentes destinavam-se às atividades de ensino, sem a preocupação com a pesquisa.

Outro fato relevante foi a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE)², em 1937, e de seu estatuto, com propostas que não satisfiziam ao presidente da República, Getúlio Vargas, pois esta entidade fez frente contra as ideias autoritárias e repressoras do Estado no início da década 1940. Nesse momento, “Defendia-se

² Consolidação do movimento, década de 1930, os estudantes passaram a defender ativamente os seus direitos e a participar efetivamente do cenário político. Entre as ações do movimento destaca-se durante a 2ª Guerra Mundial a campanha contra o nazifascismo e pela redemocratização brasileira. O presidente Getúlio Vargas em 1942 institucionalizou a UNE como entidade representativa dos universitários brasileiros através do decreto-lei 4080. Em 1945, o movimento estudantil, até então unificado, foi dividido graças à criação do partido de oposição a Vargas, a União Democrática Nacional (UDN).

a Universidade Aberta para todos, exercício da liberdade de pensamento, independência das universidades frente ao Estado” (OLIVEN, 2002, p.37).

Devido às condições políticas da época, pois o país vivia o processo de “modernização “ econômica e política, tais propostas não foram implantadas, mas foram importantes para a consolidação de um pensamento mais crítico sobre a universidade, que seria relevante na década de 1960.

Ainda nesta mesma década, ocorre a expansão da rede de ensino médio e maior aceitação da mulher no mercado de trabalho. Assim, o público feminino começou a frequentar a universidade, dedicando-se principalmente ao magistério.

Na Era Vargas (1930 – 1945), nota-se o crescimento da demanda por diploma de nível superior, em razão da queda do poder oligárquico rural e da implantação gradual da nova ordem econômica industrial capitalista. Neste período, cria-se o Ministério da Educação e Saúde Pública (1930), tendo como seu primeiro Ministro Francisco Campos, que elabora reformas educacionais nos diferentes níveis de ensino. Tais reformas são tomadas para desenvolver um ensino que acompanhasse a modernização do país, com destaque para a formação da elite, principalmente em universidades, e na capacitação para o trabalho (FÁVERO, 2006).

Da mesma forma, na década de 1950 há maior volume de capital, tecnologia e mão de obra especializada, pois esta década representava o início da recuperação do país em relação ao regime autoritário até então vigente. Com isso, agrava-se a crise entre a demanda e a oferta de vagas no ensino superior, pois havia a necessidade de maior qualificação profissional por causa do novo modelo econômico adotado. Ocorre a interiorização do ensino superior, tendo como um dos motivos a criação de facilidades para implantação destas instituições na busca por clientela.

Já no início dos anos 1960 foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB³ nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a finalidade de adequar o sistema educacional brasileiro. Na LDB 4.024/1961, nos artigos sobre o ensino superior, não se percebia o incentivo à pesquisa, pois houve

³ A fim de maiores esclarecimentos sobre as LDBs, consultar Saviani (1997). O autor analisa e interpreta a LDB, como também outros documentos legais.

somente reforço do modelo tradicional de instituição vigente no país, já que se manteve a estrutura de estabelecimentos agrupados ou não em universidades, com cooperação de institutos de pesquisa e centros de treinamento.

Outro ponto bastante relevante do ensino superior no Brasil refere-se à reforma universitária. Com o objetivo de reorganização do sistema universitário, o governo federal aprova a reforma, devido à desordenada expansão das universidades provocada pela aglomeração de escolas isoladas.

A Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, sobre a reforma universitária, foi elaborada numa tentativa de levar a universidade brasileira à reformulação e à atualização dos seus objetivos, da sua estrutura acadêmica, didática e administrativa. Além disso, a nova lei, como intenção inovadora, propôs a definição de ensino e pesquisa como atividades-fim das universidades, sendo indissociáveis, além da extensão.

De acordo com Saviani (1980, p.5) “ a tendência da reforma, ao anunciar o binômio ensino-pesquisa [...] era inverter a tendência tradicional, isto é, deslocar o eixo de ensino para a pesquisa na tentativa nuclear da escola superior, de tal modo que o ensino dela decorresse”.

O que facilitou a reforma universitária foi a interferência política, ou seja, o interesse econômico internacional pelo país, pois a reforma pretendia o desenvolvimento e gestão institucional por meio dos princípios administrativos de racionalidade, eficiência e produtividade . A reforma visava à “modernização”, pode-se dizer conservadora, e a expansão das instituições federais, mas segundo Martins (2009) um dos desdobramentos deste processo, uma vez que as universidades federais não conseguiram atender a demanda por ensino superior, foi a ampliação do ensino superior privado e outros tipos de instituições, através de estabelecimentos isolados voltados apenas para a transmissão do conhecimento, desvinculado da pesquisa.

Na década de 1970, período inicial da reforma universitária, o ensino superior apresentou uma expansão quantitativa acelerada, acompanhada de um forte controle governamental direto, principalmente financeiro e administrativo, sobre as

universidades federais, enfatizando a necessidade de uma modernização administrativa e impondo os modelos estruturais acadêmicos definidos nos textos da lei. De acordo com artigo 15 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968: “as instituições de ensino superior, quanto à sua organização e prerrogativas acadêmicas, eram classificadas em: I – universidades; II – centros universitários; ou III – faculdades”.

Durante o “milagre econômico brasileiro” (1969 – 1974) ocorrido no regime militar, há uma fase de grande expansão do ensino superior brasileiro, pois foram implantadas no país medidas para o crescimento econômico. Nesse momento, apesar do avanço do processo de industrialização, que ocorre sem um planejamento social, a desigualdade agravou-se entre a população. Com relação ao ensino superior, fica visível a expansão dos cursos, das universidades, matrículas e das vagas oferecidas. O número de matrículas subiu de 300.000 (1970) para um milhão e meio (1980) e o número de IES, na década de 1980, chegou ao total de 882 instituições (PFEIFER ; GIARETA, 2009).

Nas últimas páginas, observa-se a subordinação do ensino superior ao governo central, desde a criação do ensino profissional até o momento de expansão. Além disso, o exame das ações do Estado demonstrou a interferência e a vontade do governo de ampliar o setor privado neste nível de ensino, o que muitas vezes foi definidor do modelo das instituições universitárias em funcionamento no país.

1.1 O contexto da educação superior: décadas de 1980 e 1990

Neste item será examinado o fenômeno da expansão da educação superior nas décadas de 1980 e 1990. Diante disso, primeiro será analisado o período de crescimento que antecede a reforma da educação superior, para depois discorrer sobre os anos 1990, marcados pelo complexo e heterogêneo modelo das instituições de ensino.

Devido ao momento conturbado no país (1964 – 1985), de grande repressão, ocorreu uma reestruturação da representação estudantil, com a “extinção” da UNE, evitando, assim, a organização dos estudantes. Entretanto, como forma de satisfazer

os alunos, foi permitida a atuação dos diretórios acadêmicos dos estudantes (DAs) e dos diretórios centrais dos estudantes (DCEs), mas sem o exercício de ação política e no espaço de cada representação, ou seja, nos cursos e nas universidades, respectivamente (OLIVEN, 2002).

Na década de 1980, a CF/1988 é um marco importante na história do país, pois, assegura a educação como direito fundamental a todos os cidadãos. Em especial, com relação à educação superior, a partir da CF/1988 e com a homologação de leis complementares, que passaram a regular este nível de ensino, houve mudanças no desenvolvimento das IES no Brasil, pois se buscava atender o mercado que solicitava profissionais qualificados. Dessa forma, percebe-se a redução do papel exercido pelo Estado, a flexibilização e a ampliação do sistema.

Quanto ao papel das universidades, a CF/1988 define como centralidade a questão da autonomia universitária, da gestão financeira e patrimonial e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (MAGNO, 2009), pois esta organização institucional representa o ponto central do compromisso social, por meio da qualidade do ensino e da contribuição para o processo de desenvolvimento econômico do país. Entretanto, essas finalidades não ocorrem da mesma forma nas diferentes universidades no país, já que é notável as distinções entre os tipos de organizações acadêmicas e as instituições públicas e privadas.

A CF/1988 prevê ainda a divisão das instituições em centros universitários que são espaços educacionais multicurriculares que têm autonomia para abertura de novos cursos, não são obrigados a efetivar a realização de pesquisas. Além disso, os centros universitários devem comprovar elevada qualidade no ensino, o que deve incluir não só uma infra-estrutura adequada, mas titulação acadêmica do corpo docente ou relevante experiência profissional na respectiva área.

Quanto às faculdades integradas e as faculdades são instituições multicurriculares organizadas para atuar de uma maneira comum e sob um regime unificado. São instituições de um só plano de estudos diretamente sob o controle de uma administração central. Estas instituições se diferenciam por não possuir autonomia e devem solicitar autorização ao poder público, ao Ministério de Educação, para a abertura de seus novos cursos.

O processo de expansão do ensino superior, nas décadas de 1960 a 1990, foi incentivado pela crescente demanda por profissionais qualificados, pelas facilidades propiciadas pelo governo nos projetos de investimento em ensino superior e pelo próprio mercado. Ocorre que essa expansão se deu sem o devido planejamento, ou seja, a explosão de crescimento destas instituições aconteceu por critérios econômicos.

No início dos anos 1990, havia a preocupação dos organismos multilaterais com os países do terceiro mundo, referente às recomendações para os ajustes estruturais e fiscais gestados no Consenso de Washington⁴, que direcionaram as ações vinculadas ao ensino superior nestes países. Entre algumas medidas propostas por esses organismos, relacionadas com este nível de ensino, estão: a “privatização das empresas e serviços públicos; equilíbrio orçamentário, sobretudo mediante a redução dos gastos públicos; [...]” (SOARES, 1996, p.23).

Neste período (1990), o Brasil começa a adaptar-se ao modelo neoliberal⁵. No entanto, é com a eleição de Fernando Collor que houve uma maior abertura para esse novo momento político no país. Essa concepção de mundo intensifica a lógica da produção mercantil nas instituições escolares, com influência em todos os níveis de educação, principalmente no nível superior.

No governo FHC (1995 – 2002) ocorreram muitas das reformas do ensino superior, pois o Brasil transformou-se em um país de reformas direcionadas à produtividade, ou seja, aos interesses do mercado. Diante disso, o setor educacional, em especial a educação superior, passa por alterações significativas, tanto na forma de organização como nas condições de funcionamento e de trabalho dos docentes.

⁴ Silva Jr. e Sguissardi, (2001); Silva (2003) esclarecem que o Consenso de Washington refere-se a um conjunto de políticas e estratégias de crescimento/desenvolvimento elaborado por políticos e economistas dos países centrais, juntamente com os organismos multilaterais (FMI, BM, BID e outras instituições), direcionados aos países do terceiro mundo. Devido à crise da dívida externa, realizou uma reunião em 1989 para “aconselhar” estes países a realizar uma rigorosa disciplina de equilíbrio orçamentário, privatização, abertura comercial, liberalização financeira, entre outras medidas.

⁵ Neoliberalismo refere-se a um conjunto de ideias políticas e econômicas que defende a separação do Estado da economia. Este modelo neoliberal de economia foi introduzido no Brasil devido ao fracasso do modelo de industrialização por substituições de importações com a participação estatal (SILVA, 2003).

As reformas constitucionais tiveram impulso, pois surgiu um novo Ministério – o Ministério da Administração Federal (MARE). Uma das principais metas do MARE era transformar as entidades de serviços do Estado em “organizações sociais”, o que o ministro Bresser Pereira denominou de “Programa de Publicização”. Assim, essas novas entidades administrativas de serviços públicos seriam “entidades públicas não estatais ou fundações públicas de direito privado” (SILVA JR; SGUISSARDI, 2001, p.33).

Segundo os autores acima citados, este programa opera privatizando parte da riqueza pública, deixando o “novo” privado se apropriar da esfera do Estado, através, por exemplo, de subsídios fiscais. Compreende-se aqui que esse processo produzirá organizações sem controle social e político.

Como coloca Chaves (2010), o processo de expansão do ensino superior faz parte da reforma implantada no Estado. As bases desta reforma foram determinadas em 1995, por meio do Plano Diretor da Reforma do Estado, tendo como consequências a privatização, a terceirização e a publicização.⁶

Também havia neste momento questionamentos sobre o conceito de autonomia, que permitiria às instituições gerenciar suas receitas e despesas. Isso significava afastamento do Estado da manutenção exclusiva e prioritária das IES. Havia ainda o combate ao atual modelo de universidade, que associa ensino, pesquisa e extensão.

A finalidade da privatização tem sido a redução da presença do Estado tanto na área produtiva quanto na área social. Diante disso, as políticas sociais vêm exercendo o papel do Estado. Como coloca Chaves (2010, p.483): “Assim, a educação deixa de ser direito social, transformando-se em mercadoria [...]”.

⁶ Privatização – refere-se à redução de investimentos públicos nas IES públicas, o que gera a captação de recursos no mercado privado (CHAVES, 2010); Terceirização – conforme Pereira (1997), é o processo em que se transfere para o setor privado os serviços auxiliares ou de apoio. Publicização – consiste na “transferência para o setor público não estatal dos serviços sociais e científicos prestados pelo Estado” (Pereira, 1997, p. 7), também entendido como a transformação das entidades de serviços do Estado em “organizações sociais”.

Nesse sentido, a educação superior passou por um processo de mercantilização, no qual as

[...] atuais políticas implementadas pelo governo F. H. Cardoso, de modo distinto nos diferentes setores, acentuam o processo de mercantilização da educação brasileira, que descaracteriza a histórica identidade da instituição universitária e contribui decisivamente para a consolidação de um novo ciclo de acumulação ou, talvez, para o retardamento de uma mais profunda crise do modo de produção vigente (SGUISSARDI ; SILVA JÚNIOR, 2001, p.271).

Nos últimos anos, houve aumento significativo do setor privado em relação ao ensino público, devido à influência estrangeira explícita, com a atuação de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI/BIRD), Banco Mundial (BM) e outros, que ditaram normas a respeito do financiamento e orientações para as políticas educacionais no âmbito do ensino superior.

Outro marco deste período foi a aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A lei seguiu as orientações do neoliberalismo, pois, além de coordenar o caráter privado da educação, introduziu o processo regular e sistemático de avaliação dos cursos de graduação e das próprias IES.

A LDB 9.394/1996 estabelece para a educação superior as seguintes finalidades:

- 1) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do ensino científico e do pensamento reflexivo;
- 2) formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- 3) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- 4) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, da publicação ou de outras formas de comunicação;
- 5) suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento e de cada geração;
- 6) estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular dos nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- 7) promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, geradas na instituição (BRASIL, 1996).

Esta lei rege o sistema federal de ensino superior, coordenado pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação. Além disso, as instituições classificam-se, de acordo com Neves (2002, p.48), em:

Universidades: Instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior, caracterizadas pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. É conferida às universidades autonomia para criar, organizar e extinguir cursos e programas, aumentar ou diminuir o número de vagas, de acordo com a capacidade de atendimento e as exigências de seu meio. Universidades Especializadas: organizadas por campo do saber, com forte tradição nas atividades de ensino, pesquisa. É o caso, por exemplo, das instituições que se especializaram na área da saúde ou das ciências agrárias. Centros Universitários: Instituição de ensino superior pluricurricular, com atuação em áreas de conhecimento específico ou de formação profissional. Sendo criados somente por credenciamento de IES já credenciadas e em funcionamento regular. As Instituições não-universitárias: atuam numa área específica de conhecimento ou de formação profissional. A criação de novos cursos superiores depende da autorização do poder executivo. Faculdades Integradas: são instituições com propostas curriculares que abrangem mais de uma área de conhecimento, não são obrigadas a desenvolver a pesquisa e a extensão como ocorre com as universidades. Centros de Educação Tecnológica e os Centros Federais de Educação Tecnológica: são instituições especializadas de educação profissional pós-secundária, públicas ou privadas, com a finalidade qualificar profissionais nos vários níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento.

As funções definidas na LDB 9.394/1996 e também quanto à organização das instituições vêm sendo realizadas de formas diversas pelos diferentes segmentos que compõem o sistema de ensino superior brasileiro. Nos últimos anos, vários setores da sociedade, de uma forma ou de outra, vêm cobrando da universidade que ela apresente solução para determinados problemas do país, mas, para isso, é necessário que o espaço universitário seja de acesso universal e que possa oferecer um pleno desenvolvimento do aluno. Assim, por conta da falta de acesso a serviços essenciais, paira a ideia, no senso comum, de que a universidade será capaz de resolver os problemas sociais.

Vale ressaltar também que no governo Lula (2003-2010), algumas ações foram tomadas como forma de dar continuidade ao processo estabelecido pelo modelo neoliberal. No final de 2004, foi apresentado pelo Ministério da Educação

(MEC) o anteprojeto de lei da reforma do ensino superior, para debate aberto na sociedade e recebimento de propostas que seriam enviadas ao Congresso Nacional.

A partir deste ponto, podemos indagar: qual papel vem desempenhando a educação superior no Brasil? De que forma a educação superior contribui para o desenvolvimento do país?

Neste momento, foram analisadas as questões sobre o ensino superior desde o início da década de 1980 até os anos 1990, pois se propôs realizar a retrospectiva deste nível educacional, a partir da recuperação de algumas considerações históricas para compreender as ações que levaram a este processo de expansão. Para isso, foi necessário analisar o contexto macroeconômico, político e social, a fim de buscar as implicações para o Brasil, já que as mudanças ocorridas nos grandes países influenciaram as decisões dos países periféricos. A seguir, o próximo capítulo refere-se, especificamente, ao contexto do setor público e privado frente à educação superior.

2 O público e privado na educação superior

Neste capítulo pretende-se, inicialmente, recuperar os escritos sobre os conceitos de público e privado. O entendimento destes conceitos auxilia na compreensão das mudanças, em especial durante os anos 1990, no âmbito do Estado, da sociedade civil e, em particular, no que tange à educação superior brasileira sob o modelo econômico vigente. Dessa forma, será possível identificar, ao longo da história destas duas esferas presentes no sistema de ensino, seus pontos de divergências ou de aproximação na configuração das ações referentes ao campo educacional pesquisado.

Como coloca Mendes (2009), há uma diferença “clássica” entre esses dois conceitos, algo que é de interesse comum, ou seja, bem público, e algo de interesse de indivíduos ou grupos organizados, sendo particular. Porém, como reforça a autora “... tal discussão não é tão simples quanto parece, pois os limites entre um e outro nem sempre são tão nítidos” (MENDES, 2009, p.79)

Num primeiro momento, faz-se necessário expor os conceitos de público e privado, já que estes compõem a estrutura social. Neste estudo, o termo *público* será compreendido segundo considerações apresentadas por Pastori (2007, p.10), para quem, de forma mais abrangente, a expressão *administração pública* refere-se: “ao conjunto das atividades diretamente destinadas à execução concreta das tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou numa organização estatal”. Já o termo privado, de acordo com Pinheiro (2001), está ligado ao que se relaciona com privação, a preservação de interesses particulares, ou seja, trata-se da negação do público, já que o mercado, o responsável pela promoção da esfera privada, passa a interferir nos interesses da coletividade.

Além disso, Pastori (2007) verifica na administração pública uma pluralidade de ações (decisão, comando, auxílio ao exercício do governo) nos diferentes tipos de administração, como também um processo de fragmentação da organização social, com o propósito de diminuir as responsabilidades do governo.

A partir da distinção entre as duas esferas presentes na formação da sociedade capitalista, é necessário expor a subdivisão do público entre o público e estatal, sendo o primeiro, segundo Silva Jr e Sguissardi (2001), inerente à sociedade civil, e o segundo, dele derivado, que se legitima ou não conforme a natureza de suas ações.

Com relação a esta questão, os autores acima citados destacam que

[...] O estatal é derivado do público e, ao mesmo tempo, a ele submetido, razão pela qual o homem, por meio do pacto social, constitui-se em sociedade. Assim, o **público só se faz na conjugação com o Estado**, ainda que este último derive do primeiro e a ele se submeta. Não há, “portanto, sentido em se falar de público na ausência do Estado.” [grifos nossos] (SILVA JR ; SGUISSARDI 2001, p.88).

Seguindo a relação entre público e estatal, já com outro entendimento, Bresser Pereira⁷, coloca que há quatro esferas ou formas de propriedades relevantes no capitalismo contemporâneo,

Propriedade pública estatal – detêm o poder do Estado e /ou é subordinada ao aparato do Estado. **A Pública não-Estatal** – voltada para o interesse público, não tem fins lucrativos, ainda que sendo regida pelo Direito Privado. **Corporativa** – Não tem fins lucrativos, mas esta orientada para defender os interesses de um grupo ou corporação. **Privada** – voltada para o lucro ou consumo privado. (PEREIRA, 1999, p.18). [grifos nossos].

De acordo com Peroni e Adrião (2009) na propriedade pública não estatal é redefinida a natureza da propriedade, que deixa de ser estatal e passa a se constituir como instituição privada de direito público, ou seja, o Estado se retira, principalmente da execução das políticas sociais, mas continua como financiador e avaliador, passando a ofertar no setor privado.

⁷ Segundo Pereira (1999,p.17) “o que é estatal é, em princípio, público. O que é público pode não ser estatal, se não faz parte do aparato do Estado.”

Neste mesmo contexto, Mendes (2009) ressalta que, a partir do momento em que o Estado deixa de ter o controle direto das políticas públicas, observa-se a criação de um conjunto de instituições denominadas públicas não estatais, as quais dificultam o controle e a identificação das responsabilidades sobre os serviços prestados.

Na compreensão de Mendes (2009, p.82) percebe-se que,

A partir do momento em que determinados setores da iniciativa privada são subsidiados com recursos públicos, tais recursos deixam de ser administrados (destinados e fiscalizados) pelo Estado e perdem a possibilidade de controle social. (MENDES, 2009, p.82)

Nesse sentido, é importante a compreensão dos dois espaços sociais, o público e o privado, já que estes direcionam as relações entre o Estado e a sociedade sobre as ações organizadas, principalmente para a educação superior, sendo gestadas segundo a ordem capitalista.

Outro fato importante refere-se à crise do modelo social burocrático do Estado⁸, em que a globalização exige novas modalidades, mais eficientes, de administração pública para o surgimento do modelo de administração gerencial⁹, no qual a sociedade civil passa a ser representada pelo público não estatal, caracterizado como terceiro setor (organizações não governamentais, instituições filantrópicas, comunitárias e outras associações).

Diante disso, percebe-se que para compreender a diferença entre o público e o privado deve-se levar em conta o contexto histórico no qual estão inseridos, pois em cada momento assumem diferentes conotações. Como afirma Mendes (2009), os serviços sociais, em particular a educação, que deveriam ser de interesse da coletividade, acabam sendo apropriados por um determinado setor, a partir do momento em que se visualiza o Estado subordinado à lógica de acumulação de capital, na qual predomina um conjunto de ações de interesse privado.

⁸ Pereira apresenta este Estado como uma administração que buscava garantir os direitos sociais e promover o desenvolvimento econômico através da utilização de serviços públicos.

⁹ Significa a redefinição das funções do Estado, o qual passa ser administrado de forma descentralizado, eficiente, voltada para o atendimento dos cidadãos (PEREIRA, 1996).

Com o desencadeamento da crise do capitalismo, a partir dos anos 1970 e intensificada no século XXI, Peroni, Oliveira e Fernandes (2009) ressaltam que os principais mecanismos para superação da mesma são: o neoliberalismo, a globalização, a reestruturação produtiva e a terceira via, que redefinem o papel do Estado, em particular das políticas sociais.

Para Peroni, Oliveira e Fernandes (2009, p.765),

É criado o terceiro setor, também conhecido como Terceira Via, a partir da parceria público-privado para reduzir o papel do Estado na execução das políticas sociais, e o que permanece sob a esfera estatal passa a ter a lógica de mercado, que é considerada mais eficiente e produtiva.

Isto ocorre a partir da privatização de setores públicos básicos, que passam a ser subordinados às regras mercantilistas, como o caso da educação, em que há utilização dos princípios privados na administração pública, alterando a forma de organização da sociedade devido às novas exigências do mercado.

Até então, abordou-se os conceitos de público e privado como integrantes da estrutura social, para a seguir analisá-los nos diferentes espaços presentes na sociedade, já que as alterações, principalmente relacionadas ao setor econômico, redefiniram as ações destas duas esferas, em especial com relação às políticas sociais.

2.1 Entre o público e o privado: do campo educacional à educação superior

Enguita (1993), ao analisar a educação e as relações de produção capitalista, destaca três momentos: o ensino, no primeiro momento, faz parte das condições gerais da produção capitalista, pois não era identificado como processo de trabalho pelos interesses particulares. No segundo momento, o ensino, sob a forma de capital de serviço, passa a representar grandes investimentos através das empresas educacionais. Por último, notadamente, há a reorganização no campo educacional, pois ocorre a industrialização do setor de ensino, ou seja, passou-se a pensar o

processo educativo na lógica da produção capitalista. Ocorre, neste momento, a ocupação do espaço público pelo setor privado.

Diante desta nova lógica do setor de ensino organizado segundo o desenvolvimento do capitalismo mundial, há a reorganização do campo educacional, sentida no país através das diferentes ações do Estado.

Assim, ocorre a interdependência entre a rede pública e a privada, ou seja, formam-se parcerias entre os dois setores, por meio da expansão dos sistemas em seu conjunto, das reformas estruturais desenvolvidas pelo governo e da relação das políticas públicas para o setor. Para ilustrar este novo cenário, destacam-se as ações junto à educação superior, como o ProUni, em que ocorre investimento público nas instituições privadas através de concessão de bolsas de estudos.

Diante dessas novas relações nos marcos da sociedade capitalista, sobre o que é público, exige-se do Estado outro papel, ou seja, este passa a ser somente regulador e financiador das políticas públicas, devido às necessidades de controle sobre a nova ordem de mercado.

Mesmo não havendo consenso na literatura sobre se o Brasil teve claramente um Estado do Bem Estar social, pode-se dizer que nos diferentes países esta política apresentou características bastante diversas, em razão do desenvolvimento de cada nação. Mas, a partir do momento que o Estado do Bem Estar Social entrou em crise, sendo substituído pelo modelo político neoliberal, representado por um conjunto de ideias políticas e econômicas, tendo participação do Estado para assegurar a livre concorrência, houve, nesse sentido, mudanças nas relações entre as instituições. Assim, as esferas públicas e privadas sofreram um movimento de reconfiguração, mediante o desenvolvimento de parcerias entre os dois setores, sob o entendimento da valorização das ações governamentais sob a lógica do mercado.

Para Chaves (2005), a implantação das políticas neoliberais na América Latina foi gestada no Consenso de Washington, que definiu uma série de medidas de ajuste estrutural que deveriam ser adotadas, entre elas a abertura comercial e financeira, a privatização do setor público e a redução do Estado.

Percebe-se a educação como mercadoria¹⁰ a partir do momento em que há o crescimento das instituições lucrativas e também do processo de internacionalização da oferta através de agências que intervêm no andamento das políticas educacionais, destacando o BM e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD). Assim, afirmam Oliveira e Dourado (2005, p.70) que conceber este setor na esfera de mercado apenas promove a aceitação do óbvio: “na sociedade capitalista, o mercado invade todos os espaços da sociedade”.

Em relação à educação superior nesta lógica de mercado, em que as instituições de ensino aparecem de forma bastante diferenciadas, sua principal função passou a ser a de capacitar o trabalhador para se adequar às novas exigências empresariais.

Para compreender o cenário em que, atualmente se encontra a educação superior no Brasil, no que tange aos setores público e privado, deve-se observar: o longo período de uma política autoritária no país; o processo tardio da reforma universitária de 1968, que surgiu como proposta para buscar autonomia administrativa e financeira para IES, e a diversificação deste nível de ensino.

No regime militar no Brasil, que representava grande resistência política às novas orientações para os serviços sociais, o início da expansão da educação superior foi marcado por reivindicações para ampliação do número de vagas no ensino público, promovidas pelo movimento estudantil com apoio dos docentes.

Nota-se, neste período, uma política econômica que indicava uma mudança significativa nos rumos do desenvolvimento capitalista nacional, pois ocorreram alterações nas relações que o Estado mantinha com sistema de ensino superior, diminuindo o fluxo de recursos destinados ao setor público e a consolidação do setor privado.

A promulgação da CF/1988, aliada, mais tarde, à regulamentação da LDB 9.394/1996, possibilitou a existência de instituições com fins lucrativos e o processo

¹⁰ Definição de Mercadoria apresentada por (BATTOMORE, 1998, p.266) “é tudo que possa ser “comprado ou vendido” numa perspectiva de acumulação de capital.” Sendo entendida também como tudo aquilo que é produzido pelo trabalho humano e colocado no mercado para ser vendido, sendo que muitas vezes esta é produzida já com a finalidade de ser vendida.

acelerado de crescimento do setor privado. Vale ressaltar que, mais tarde, no período de 1980 a 1995, houve queda no crescimento do ensino superior nas duas esferas, devido às diversas crises econômicas.

Além disso, com a política privatista e de orientações mercantilistas, o ensino superior particular brasileiro, nas décadas de 1960 e 1970, foi um setor com alto índice de expansão, devido à incapacidade do Estado de suprir a demanda por formação superior. Houve, portanto, a criação de instituições isoladas. Nesse período, cresciam no país as universidades privadas vinculadas a igrejas, principalmente confessionais católicas, caracterizadas como sem fins lucrativos. (BOAS, 2004)

Dessa forma, as políticas educacionais, desde 1980, vêm sofrendo modificações, sendo pensadas por diferentes setores sociais para adequar as novas exigências de mercado, ou seja, de flexibilização das relações de trabalho. Surgem muitas questões nos debates desta época, com relação à gestão democrática, à autonomia e à participação social na área. No âmbito do Estado, como forma de dar respostas à crise do capitalismo, não é somente o setor educacional que é objeto de mudanças, mas grande parte das políticas, porém com repercussões mais sérias no campo social.

Pode-se destacar a expansão do setor que visava o lucro devido à importante participação de investimentos públicos no espaço privado, na forma direta das subvenções e de forma indireta através de isenções fiscais, mas isso foi alterado em 1997, quando o Estado definiu que as entidades com fins lucrativos não receberiam mais fundos públicos diretamente (BARREYRO, 2008).

Como forma de esclarecer este mecanismo de crescimento do setor privado, segundo o banco de dados do MEC elaborado pelo Inep, no início de 1970 havia no país 112 (17,52%) instituições de educação superior no setor público e 527 (82,47%) instituições privadas. Já no ano de 1980, houve diminuição do setor público com 108 e um aumento de aproximadamente 4%, para 665, do setor privado. No ano 2000, havia 176 (14,91%) públicas para 1004 (85,08%) privadas, demonstrando um alto crescimento do setor, predominantemente em estabelecimentos isolados (faculdades, escolas e institutos). Já quanto ao número de instituição de educação

superior no ano de 2009, revelam a supremacia do setor privado com 2.069 (89,42%) entidades de ensino superior privado e o meio público com apenas 245 (10,59%) instituições.

A falta de interesse do Estado em investir efetivamente no setor público evidencia o número reduzido de vagas no ensino superior. Em vista disso, abriu-se para a iniciativa privada a possibilidade de atender o grande contingente de candidatos que não conseguiam ingressar nas universidades públicas. Nesse sentido, o Estado investiu em programas auxiliares junto ao setor privado, para justificar a oferta educacional em instituições particulares, através da criação, inicialmente, do Programa de Crédito Educativo (Creduc)¹¹, depois substituído pelo Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), e atualmente exposto pelo ProUni, passando o Estado a ter a função apenas de avaliador do sistema. Diante disso, possibilitou-se à rede privada a criação de estabelecimentos menos seletivos, dedicados apenas ao ensino, em instituições não universitárias¹². Observa-se, neste momento, a massificação do sistema educacional, ocasionada pela proliferação de instituições de qualidade questionável.

Evidencia-se neste processo de alterações na forma de compreender a educação, em especial, a educação superior, o direcionamento das ações governamentais para a iniciativa privada para atender a demanda por este nível de ensino. A seguir, tendo como foco o objeto de estudo diante das novas políticas educacionais, será exposto o desdobramento deste sistema em meio aos setores público e privado.

¹¹ Programa criado 1976, no qual o governo custeava o ensino do estudante nas instituições privadas e este, depois de formado, assumia o compromisso de pagar o investimento do governo.

¹² De acordo com o Decreto nº 3.860/2001, art. 13, atuam numa área específica de conhecimento ou de formação profissional. A criação de novos cursos depende da autorização do poder executivo. Segundo Neves (2002), são compostas pelas Faculdades Integradas, Faculdades e Centros Federais de Educação Tecnológica.

2.1.1 Educação Superior : as mudanças educacionais nos anos 1990

Em meados dos anos 1990 foi que se institucionalizaram no país as mudanças que, de fato, marcaram o processo de readequação do Estado brasileiro aos desígnios do capitalismo internacional, com consequências significativas para o andamento do espaço público frente à educação superior. Percebem-se nesse momento ações como a privatização, terceirização e a criação de organizações sociais.

Para Silva Jr. e Sguissardi (2001), as ações referentes à reforma da educação superior no governo FHC são produzidas através do MARE, com base em seu Plano Diretor da Reforma do Estado¹³. O projeto baseado nos princípios do MEC, como também no capítulo da Educação Superior da LDB 9.394/1996, em que foram estabelecidas normas e leis para regularização do sistema, pretendia transformar o *status* jurídico das universidades públicas para organizações sociais, ou seja, em entidades públicas não estatais, fundações de direito privado ou sociedades civis sem fins lucrativos. Essas ações governamentais buscavam a reordenação do espaço público, além de gerar o impressionante crescimento do setor, estimulando nele a criação de conhecimento voltada para o mercado capitalista e, conseqüentemente, a abertura para a privatização deste nível de ensino.

Segundo debate feito no estudo de Sguissardi e Silva Jr. (2001), no Plano Diretor do MARE (1995) a educação era vista como atividade “não exclusiva de Estado”. Isso significou a abertura do sistema educacional para as instituições financeiras multilaterais que, mediante a utilização de seus instrumentos de poder, exigiram políticas de ajuste estrutural, sendo transferidas e executadas pelo setor público não estatal. Além disso, objetivou-se, entre as diferentes ações na área social, política e educacional, diminuição da autonomia das universidades.

Para Gonçalves (2008), a principal motivação para o Plano Diretor do Aparelho do Estado seria a redução do papel executor do Estado, mantendo apenas

¹³ O documento do Plano da Reforma do Estado, proposta pelo MARE nos anos 1990, ressalta que “a reforma do Estado dever ser entendida dentro de um contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento.” (BRASIL, 1995, p.12). Neste sentido, o plano da reforma do Estado buscava racionalizar recursos, diminuindo o seu papel no que se refere às políticas sociais.

os seus papéis de regulador ou provedor de serviços sociais, com destaque para a educação e a saúde. No caso da educação, o Estado atuaria na regulação e na coordenação, deixando os demais serviços para a iniciativa privada.

Nesse sentido, Silva Jr e Sguissardi (2000, p.75), afirmam:

As políticas públicas passam, no país e no exterior, por um processo de mercadorização do espaço estatal ou público, sob o impacto das teorias gerenciais próprias das empresas capitalistas imersas na suposta anarquia do mercado, hoje estruturado por organismos multilaterais a agirem em toda extensão do planeta.

Em vista disso, a política neoliberal desenvolvida no Brasil sob a direção dos organismos internacionais, transformou a educação numa atividade para adquirir competências e habilidades na execução de tarefas, sem a preocupação, por parte das instituições superiores, com a transmissão e formação de um conhecimento voltado para o interesse da maior parte da população.

Diante deste novo momento da educação superior, como instrumento de desenvolvimento econômico reforçado pela incapacidade do setor público em prover recursos para atender a demanda, o ensino privado passa a tomar conta deste nível de ensino através de um processo de expansão sem precedentes.

Além disso, percebe-se que a participação crescente, a cada ano, do setor privado no ensino superior está amparada por documentos oficiais dos anos 1990, como a LDB 9.394/1996, que apontava para uma nova reforma na educação superior, introduzindo avaliação, autonomia universitária, diversificação, diferenciação, flexibilização e privatização (CARVALHO, 2006). Vale ressaltar que estas reivindicações estavam presentes no setor educacional como um todo, mas na educação superior brasileira ganharam maior destaque, devido ao interesse do Estado em se ausentar de sua responsabilidade com este nível educacional e também a partir do investimento público no setor privado.

2.2 “Novas” políticas educacionais para a educação superior brasileira

Num primeiro momento pode-se dizer que o marco da reforma da educação superior foi o governo FHC, tendo como referência a fragmentação do ensino superior que a partir da LDB 9.394/1996, passa a ser classificado, no artigo 20, em três tipos de instituições educacionais privadas: as particulares, ou seja, as empresariais; as comunitárias; as confessionais ou filantrópicas.

De acordo com Chaves (2010, p. 487), a LDB 9.394/1996 favoreceu:

[...] não apenas as instituições ditas não lucrativas, mas também o setor empresarial, quando possibilitou a institucionalização de outras modalidades de IES, que não precisam atuar com a premissa conferida as universidades sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa extensão [...].

Nos dois mandatos de FHC são elaborados decretos, leis, portarias com intenção de operacionalizar as ações na educação superior. Nesse sentido, como dito anteriormente, o Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, propõe a diversificação e diferenciação das IES para atender não somente os segmentos de demanda por ensino superior, mas cumprir com os compromissos firmados com os organismos internacionais, que agem com o papel fundamental na definição das políticas públicas para a educação do Brasil, como de outros países. O sistema da educação superior passou a ser classificado de acordo com a organização acadêmica em: universidades, centros universitários, faculdades integradas, instituições superiores ou escolas superiores.

Nesse sentido, Silva Jr e Sguissardi (2000, p.161) ressaltam que:

As mudanças previstas para a educação superior via nova legislação repõem para os dirigentes das IES privadas o dilema histórico: a submissão às normas legais e tentadoras possibilidades oferecidas pelo mercado, cujos atrativos atuais são muito fortes diante da reestruturação e das mudanças macro e microeconômicas em curso no país.

A lógica do setor privado é expressa através da busca por diferenciação institucional, diante da acentuação do processo mercantil, por meio da reestruturação produtiva e econômica que impõem a transformação na demanda do mercado. Estes mecanismos são responsáveis pelos fatores que norteiam a competitividade nesse espaço social.

A partir do momento em que um novo partido assume o comando do Estado em 2003, com a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, o qual permanece por dois mandatos, até 2010, o discurso sobre a educação superior é baseado no caráter de sua função social do Estado, ou seja, caracterizado como um bem público, mas ao mesmo tempo são criados programas de incentivo ao setor privado com financiamento público. Como afirma Carvalho (2006, p.11), “justifica-se, constantemente, seu gasto por trazer retorno econômico futuro á sociedade, nos moldes da lógica do investimento em capital humano, enfatizado nos documentos do BIRD”.

Na realidade estreitaram-se as relações público/privado e difundiram-se de uma forma branda as ações do Estado com o setor privado, sendo implementado e/ou reorientado um conjunto de políticas e programas, objetivando ampliar o acesso, sobretudo dos jovens e trabalhadores, a este nível superior. Houve investimentos em programas educativos junto às IES particulares, bem como um aprofundamento do controle do Estado sobre a educação superior por meio de parâmetros avaliativos, como também investimentos na ampliação da sua função reguladora.

Neste sentido, pode-se dizer que a segunda geração de reformas referentes às políticas educacionais no ensino superior foi implantada no governo Lula, baseadas em objetivos para eficiência do setor, como autonomia, avaliação e financiamento.

No ano de 2010, o presidente Lula assinou o decreto responsável por conferir maior autonomia orçamentária e administrativa às universidades federais, ou seja, a abertura de créditos suplementares, pelo Poder Executivo, para estas universidades e para os hospitais universitários, sendo permitido que o orçamento não empregado pelas universidades até o final do exercício de cada ano possa ser reutilizado no ano seguinte.

Entre o conjunto de providências adotadas no governo Lula, há a Lei nº 10.801 de 14 de abril de 2004 – SINAES –, o Decreto Presidencial 5.205/2004, que regulamenta as parcerias entre universidades federais e as fundações de direito privado. No que se refere às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), diante

da política de expansão destacam-se o Processo de Integração de Instituições Federais de Educação Tecnológica, para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; a proposta de reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado no governo FHC, e sua utilização como forma de seleção unificada nos processos seletivos de universidades públicas federais; como também a o projeto da UAB, com incentivo à educação à distância, entre outras medidas ¹⁴.

De acordo com Gomes e Moraes (2009, p. 10):

O processo de Integração de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007), objetivando a constituição de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET's), mediante a celebração de acordo entre instituições federais de educação profissional e tecnológica, que formalizará a agregação voluntária de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Técnicas Federais (ETF), Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, localizados em um mesmo Estado.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – criado em 1998, no governo FHC – tinha, inicialmente, como objetivo, avaliar o desempenho dos estudantes ao final do 3º ano do ensino médio. Já no governo Lula, é dada uma nova roupagem para este exame, sendo incluído como critério de seleção para adquirir bolsas de estudos em universidades particulares. Além disso, em 2009 o ENEM passa a ser vinculado ao Sistema de Seleção Unificada – SISU, gerenciado pelo Ministério da Educação, no qual instituições públicas de educação superior oferecem vagas, a partir de uma nota mínima obtida no exame.

Com relação aos setores público e privado na educação superior, surgem, no final do século XX e nestes últimos dez anos, diferentes alternativas para o preenchimento das vagas excedentes em instituições particulares, sendo utilizadas políticas que se pautam num discurso que ataca os direitos sociais, pois são oferecidos cursos em instituições com pouca estrutura física e de qualidade de ensino duvidosa.

¹⁴ Para maiores detalhamentos sobre as políticas públicas adotadas no governo Luiz Inácio Lula da Silva, sugiro a leitura de CARVALHO (2006); OTRANTO (2006); LIMA (2011).

Entre os programas criados no governo Lula destacam-se dois que estão intimamente articulados com o eixo de estudo proposto, relacionado com as ações dos espaços público e privado, pois mostram as medidas para a expansão do acesso à educação superior expostas no quadro das políticas públicas ligadas ao papel de democratização desse nível de ensino. Assim, refere-se ao ProUni, criado, a partir da Medida Provisória nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005 e, no âmbito da Rede Federal de educação tecnológica, ao do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

O primeiro programa citado, ProUni, está relacionado diretamente com a expansão do setor privado, pois o Estado mantém o incentivo recomendado pelo BM e BIRD à iniciativa privada, oferecendo vagas nas instituições particulares para estudantes desprovidos economicamente de arcar com os custos do curso pretendido; haja vista que o programa concede, “bolsas de estudo integrais e bolsas de estudos parciais de 50% ou de 25% para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos” (BRASIL, 2005).

Diante disso, o governo passa a atender os interesses do sistema privado como forma de ocupar as vagas ociosas no setor, despendendo recursos do fundo público para a rede particular, por meio da redução da receita tributária, na medida em que as instituições privadas não precisam mais recolher os impostos, a partir da assinatura do termo de adesão¹⁵, com vigência por dez anos (GOMES ; MORAES, 2009)

¹⁵ Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004; Art. 5º A instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para cada 13 (treze) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, excluídos os já beneficiados pelo PROUNI e o número correspondente a bolsas integrais dos beneficiários da própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados.

Além disso, a partir da assinatura do termo de adesão isenta a instituição superior do pagamento de quatro tributos (Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).

Conforme dados do SISPROUNI¹⁶ o número de bolsas para o programa cresce a cada ano. No início, em 2005, foram ofertadas 112.275 vagas (71.905 integrais e 40.370 parciais), já em 2009, o programa contabilizou 247.643 do total de vagas oferecidas (153.126 integrais e 94.517 parciais), sendo perceptível um acréscimo significativo no investimento do setor público na rede privada (LIMA ; PRADO ; VIEIRA, 2011). O maior beneficiário das bolsas do ProUni é o setor das IES com fins lucrativos.

Nesse sentido, no período de 2003 a 2009, conforme os dados apresentados pelo Censo da educação Superior (INEP 2003 – 2009), o número de matrículas nos cursos de graduação presencial, com relação ao setor público, passou de 1.136,370 para 1.351.168, um crescimento de aproximadamente 19%. Enquanto isso, no setor privado, passou de 2.750.652 para 3.764.728, aproximadamente 37% de aumento.

Visualiza-se, através do ProUni, a expansão do setor privado com auxílio do fundo público, como forma de promover a democratização do acesso à educação superior, mas ao mesmo tempo isso ocorre num setor que implica a ausência parcial ou total de uma formação para a pesquisa e para extensão, o que acarreta uma precarização da formação dos alunos participantes.

Já com relação ao REUNI, passa-se para outro foco, direcionado às universidades federais, já que o decreto “pretende” criar condições para o acesso e permanência na educação superior, através de diretrizes que apresentam,

[...] como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento, e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor de dez para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início do referido plano (BRASIL, 2007, art. 1º, & 2º)

Como consequência deste processo de reconfiguração da educação superior, o programa REUNI, vinculado ao setor público, gera um impacto direto na reorganização/reestruturação do currículo, ou seja, pretende-se expandir sem qualidade e aos poucos desvincular a universidade do modelo baseado na tríade

¹⁶ Sistema informatizado do ProUni onde são armazenadas todas as informações referentes às instituições de ensino superior participantes do programa, assim como dos estudantes nele cadastrados.

ensino-pesquisa-extensão, pois deixa de ser um espaço responsável pela formação cultural, educacional da população.

No ano de 2011, ainda como um projeto de lei, foi apresentado o documento que se refere ao Plano Nacional da Educação (PNE) 2011-2020¹⁷, que poderá entrar em vigor em 2012, com possíveis alterações. Neste plano, vale ressaltar as questões referentes à educação superior: a preocupação do governo na promoção da expansão do ensino superior é a de “elevar a taxa bruta de matrícula neste sistema educacional para 50% e a taxa líquida para 33% da população com faixa etária de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta” (BRASIL, 2011). Nessa meta sobre o ensino superior trata-se de dobrar o número de matrículas universitárias até 2020, através de uma série de estratégias, a partir da expansão das universidades públicas.

Dessa forma, para alcançar as metas previstas no PNE, precisa-se de um investimento expressivo de recursos, para não deixar o plano apenas exposto com intenções, sem de fato haver viabilidade financeira.

Como fechamento, é importante ressaltar as ideias de Minto (2005) sobre a educação. O autor expõe que a educação ocupa lugar de destaque no processo de reprodução das sociedades e que, enquanto parte indissociável destas, representa um espaço de manifestação dos antagonismos sociais e, portanto, um espaço de luta de classes. De acordo com o exposto neste capítulo, percebe-se, em relação às reformas na educação superior que ocorreram tanto no governo FHC como no de Lula - são ações direcionadas sob as políticas macroeconômicas influenciadas por orientações transnacionais.

Além disso, o entendimento das concepções de público (estatal, não estatal) e privado, atualmente é palco de grandes debates, assim, compreender o público como não estatal, segundo Oliveira (2005), é perceber a naturalização do repasse de recurso público para instituições privadas, ou seja, é evidenciar um processo de privatização e de omissão do Estado ao gosto da lógica neoliberal.

¹⁷ O projeto de lei que cria o PNE para vigorar de 2011 a 2020 foi enviado pelo governo federal ao Congresso em 15 de dezembro de 2010. O objetivo é estabelecer diretrizes e metas para a educação em todos os níveis num período de 10 anos. Dentro das 20 metas estabelecidas, três são dedicadas, especialmente, aos investimentos na educação superior.

Neste capítulo, portanto, foi possível apontar os desdobramentos dos setores público e privado da esfera educacional, atentando para as formas assumidas pelo ensino superior, a partir do momento em que ocorreu a valorização do mercado em detrimento da qualidade do ensino ministrado em muitas instituições. Isso faz pensar: aonde chegaremos com a educação superior no país? O governo se tornará ainda mais omissor? Para os próximos anos, décadas, como estará organizado este sistema educacional?

3 A expansão em nível superior da Educação Física no Brasil

Este capítulo tem como objetivo apresentar alguns aspectos sobre a trajetória da Educação Física no Brasil, tendo como foco a expansão do curso em nível superior, diante do incentivo do Estado à iniciativa privada, das novas demandas sociais e, também, a partir da aprovação das Diretrizes Curriculares para o curso em estudo, a fim de proporcionar, através da história, subsídios para compreensão do crescimento da Educação Física no ensino superior, desde sua inserção no período imperial até o presente momento do século XXI.

Para compreender a trajetória da Educação Física parte-se de suas características de formação em diferentes momentos, até chegar à constituição da área no campo universitário. Nesse sentido, utilizam-se como referência os estudos apresentados por alguns autores (CASTELLANI FILHO, 1994; MARINHO, 1980; MELO, 1999; SOARES, 1994) que estudam a história da progressão da área no meio social e enquanto formação profissional.

O aparecimento dos cursos de formação em Educação Física acompanha os processos de mudanças na história política do país, como por exemplo, o período de 1930 – 1945, em que houve grandes alterações na educação brasileira, devido às ações ocorridas tanto no âmbito político quanto no econômico.

Já a década de 1980 foi significativa para a Educação Física, pois, segundo Castellani Filho (1998, p.4), esta década representava o momento de compreender “(...) a área contextualizada, e que sua legitimação social estava ligada aos papéis por ela representados no cenário social brasileiro”, através da demanda crescente por ensino superior nesta época.

Outra fase marcante para a educação, e conseqüentemente para a Educação Física, refere-se aos anos 1990, quando é criado um conjunto de circunstâncias para se fazer uma reforma educacional, sendo o governo de Fernando Henrique

Cardoso o marco do desenvolvimento de diferentes ações neste âmbito, que serão abordadas ao longo deste capítulo.

O ponto inicial para explorar o histórico da área relacionando-o com objeto de estudo em questão, a expansão dos cursos de Educação Física no Brasil, foi a divisão de momentos distintos para identificar a construção deste campo profissional no século XXI. Optou-se pela separação dos acontecimentos da área, a partir da denominação de três fases: FASE I: Os primeiros registros da Educação Física no Brasil; FASE II: A abertura política no Brasil e a fragmentação da área de Educação Física; e por último, FASE III: (Re)organização da Educação Física – as Diretrizes Curriculares Nacionais e o crescimento do curso. Vale ressaltar, neste momento, que a proposta pela divisão dos acontecimentos no campo da Educação Física foi elaborada para melhor distribuição dos fatos presentes na área, já que há o entendimento de que as fases históricas não são demarcadas por um ponto final em um dado período.

3.1 FASE I : os primeiros registros da Educação Física no Brasil

Ao longo do período compreendido entre 1850 – 1930, a Educação Física se estruturou para ser reconhecida no cenário brasileiro, sendo confundida em muitos momentos de sua história com as instituições médicas e militares, já que estas, por muito tempo, delimitaram o campo do conhecimento da área, como também se mostraram como referência no processo de intervenção na realidade educacional e social (SOARES, 1994). Além disso, nesse período a Educação Física era vista como promotora da saúde, uma área essencial para o desenvolvimento físico, intelectual e moral.

No período imperial no Brasil, Rui Barbosa apresentou à Câmara dos Deputados seu Parecer nº 224, de 12 de setembro de 1882, sobre a Reforma Leôncio de Carvalho¹⁸, sob o título a “Reforma do Ensino Primário e Várias

¹⁸ Segundo Carmen Soares (1994, p.92), esta reforma, também entendida como decreto n. 7.247 de 19 de abril de 1879, “trazia já em sua grade curricular o espaço obrigatório para o ensino da ginástica nas escolas primárias e secundárias do município da corte”.

Instituições Complementares da Instrução Pública”. Neste parecer, Rui Barbosa reforçava a importância de uma seção especial de ginástica em cada escola normal, obrigatória a ambos os sexos. Sugeriu também a equiparação dos professores de ginástica, em categoria e autoridade, aos professores de outras disciplinas (MARINHO, 1980; SOARES, 1994).

Vale ressaltar, ainda, nos primeiros anos da constituição do campo da Educação Física no Brasil, a existência de uma indefinição na nomenclatura; “ora como exercícios físicos, ora como ginástica, ora como componente curricular, ora como modalidade de ensino e ora como matéria” (GORDO, 2011, p.27), sendo que esta identificaria o que área representou no contexto educacional da época. Além disso, esta indefinição fez-se presente na trajetória do curso em estudo, de maneira a interferir na formação da área na escola, e também como campo do conhecimento de Educação Física.

3.1.1 Primeiros cursos de Educação Física no Brasil

No início do século XX (1909) ocorreu o surgimento do primeiro curso provisório de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo, direcionado a uma formação física e militar. A criação deste curso e outros acontecimentos, como a realização de congressos de Educação Física sobre orientação médico-higienista marcaram a primeira fase e fomentaram a expansão do mesmo (MARINHO,1980). Logo adiante, em torno de 1922, houve a tentativa de integração entre o meio civil e militar, com a criação do Centro Militar de Educação Física, localizado no Rio de Janeiro, o qual tinha como objetivo ministrar aulas para a formação de instrutores de Educação Física (MELO, 1999; FIGUEIREDO, 2005).

A partir da década de 1930, entraram em funcionamento alguns cursos de formação de professores de Educação Física responsáveis pelas futuras IES de Educação Física no Brasil. Há registros de cursos nos estados do Espírito Santo, Pará, Pernambuco e São Paulo, organizados de acordo com o modelo dos cursos militares (AZEVEDO; MALINA, 2004).

Neste contexto ocorre a reforma educacional de 1931, conhecida como Reforma Campos, que efetivou mudanças importantes tanto na área da educação como na Educação Física. Nesta reforma foram priorizadas pelo governo as mudanças para o ensino secundário, sendo assim, a Educação Física ganhou destaque, passando a ser obrigatória neste nível de ensino. Além disso, Betti (1991) ressalta que o funcionamento de estabelecimentos de ensino só era autorizado pelo Ministério da Educação e Saúde (MES) tendo a prática desta disciplina como indispensável.

Com relação à criação de escolas de Educação Física, o artigo 1º do Decreto nº 23.252, de 19 de outubro de 1933, dizia: “Fica criada a Escola de Educação do Exército, com sede na Capital Federal, pela transformação do atual Centro Militar de Educação Física”. Além disso, a Escola de Educação Física do Exército permitiu que civis se matriculassem na escola para fins não militares. (MARINHO, 1980).

O grande passo para a criação de uma escola nacional foi dado com a criação da Divisão de Educação Física (DEF), do MES, pela Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, pois se buscava legitimidade para a área e reconhecimento social de seus profissionais. Diante deste cenário, foi na Universidade do Brasil, atual Universidade do Rio de Janeiro, através do Decreto-Lei 1.212, de 17 de abril de 1939, que pela primeira vez um curso civil de Educação Física foi incorporado a uma universidade. De acordo com Figueiredo (2005), nesta universidade, a Escola Nacional de Educação Física e Desporto oferecia diferentes títulos com durações variadas para formação, como: licenciado – dois anos; normalista especializada em Educação Física; técnico desportivo; treinador e massagista desportivo e médico especialista em Educação Física e desporto, com duração de um ano para cada especialidade.

O objetivo da Escola Nacional de Educação Física e Desporto era formar uma escola padrão de Educação Física no Brasil, além de preparar professores para o sistema escolar e treinadores e massagistas para o esporte. Para ser aceito o aluno deveria ter terminado a escola secundária e ter passado num exame específico. Neste momento, surgiu também outra escola em São Paulo, financiada pelo governo do Estado, tendo estas instituições um significado importante para Educação Física

brasileira. (SOUZA NETO et al, 2004; AZEVEDO; MALINA, 2004; FIGUEIREDO, 2005).

Já na Era Vargas (1930-1945)¹⁹, a Educação Física em meio a um regime político autoritário estruturou-se profissionalmente na luta pelo seu espaço na sociedade. A partir deste momento, um grupo de educadores lutou para se cumprir as reivindicações impostas na constituição de 1937, que estabelecia a obrigatoriedade da Educação Física, dos exercícios físicos para todas as classes, como também as ações relacionadas especialmente à profissão, como a exigência de um currículo mínimo para a graduação.

Assim, as revisões do currículo ocorridas primeiramente em 1939 com o decreto-lei 1.212 e pelo decreto-lei 8.270 de 1945 contribuíram para a constituição do campo da Educação Física. As alterações curriculares de 1945 alteraram a duração do curso de formação de professor de Educação Física, de dois anos para três anos. Os decretos ainda promoveram mudanças de ordem quantitativa, pois houve o aumento de carga horária das disciplinas.

Outro aspecto importante é que praticamente até a metade da década de 1950, o curso de Educação Física era caracterizado como um curso de natureza técnica, no qual o certificado de conclusão do secundário complementar (Ensino Médio) era exigido aos ingressantes no curso superior. Somente a partir de 1955 foi estabelecida a obrigação de prestar o vestibular para a área.

A maioria dos cursos de Educação Física criados entre as décadas de 1930 e 1960 estavam envolvidos pela influência das instituições militares, além de, segundo Soares (1994 p.70), “(...) surgirem como promotora da saúde física, da higiene física e mental, e da educação moral (...)”. Eram, assim, voltados para a formação do físico, do homem trabalhador, para que esse possuísse o máximo de competências para a produção, devido à lógica do projeto de industrialização brasileira.

¹⁹ implantação no país um novo estilo político – o populismo - e um modelo econômico baseado no intervencionismo estatal objetivando desenvolver um capitalismo industrial nacional (processo de substituição de importações). Caracteriza-se pelo contato direto da liderança e o povo. Através dele, Getúlio lutou contra as oligarquias, manteve o povo sob controle assumindo uma imagem paternalista e consolidou a indústria dentro de um esquema intervencionista.

Na década de 1960 a LDB – n.4.024 de 1961 reafirmou o mandato da educação elementar compulsória dos 7 aos 14 anos de idade, na qual a Educação Física ganhou atenção especial, sendo obrigatória na escola primária e secundária para todos os alunos. A partir de então, passou-se a exigir currículo mínimo e a inclusão de matérias direcionadas a uma formação cultural e humana para o futuro profissional da área. (SOUZA NETO et al, 2004).

Por meio da instituição de um governo militar, pós-1964, que impulsionou a internacionalização do mercado, há, com relação à Educação Física, segundo Castellani Filho (1994), o momento de buscar explicá-la no ensino superior, a partir do processo que culminou na Reforma Universitária, sob a lei 5.540/1968, que tinha como finalidade fixar normas de organização e funcionamento do ensino superior e buscava a formação de um modelo de universidade científica e de pós-graduação, por meio da inclusão de um novo currículo para a educação superior.

Houve nas universidades, segundo Chauí (1989), a inversão de papéis, pois antes destinadas às “elites”, passam a ser destinadas também para formar mão de obra qualificada para o mercado incerto, devido à mudança econômica que chegava ao Brasil, seguindo a tendência mundial de reforma não só no ensino superior, mas na educação de forma geral.

Especialmente para a Educação Física, a reforma de 1968 ocorre com a formação de um grupo de trabalho organizado pelo Departamento de Educação Física do MEC, para repensar o desenvolvimento da área, presidido pela professora Maria Lenk, diretora da Escola Nacional de Educação Física e Desporto, sendo convidados para discutir a implantação de um novo currículo os diretores das escolas de Educação Física do Brasil. (AZEVEDO; LIMA, 2004).

Além disso, o Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) n. 894/1969 e a resolução CFE n. 69/1969, segundo Souza Neto et al. (2004, p.119), direcionou “os cursos de formação de professores que passaram a se restringir apenas aos cursos de Educação Física e Técnico Desportivo previsto para três anos de duração(...)”. Este parecer e resolução extinguiram os cursos paralelos aos de professor de Educação Física e Técnico Desportivo, ministrados por ex-atletas, pois estes cursos não estavam oferecendo formação pedagógica adequada para os futuros

profissionais. Assim, houve nos cursos aumento da carga horária e aumento das disciplinas relativas aos conhecimentos esportivos e principalmente com ênfase à didática, voltada para a formação de professor.

A Educação Física ganha *status* de nível superior através da resolução que outorgava o título de licenciatura em Educação Física, além de instituir um conjunto de disciplinas²⁰ básicas para a formação, que deveriam existir em todos os cursos do país.

Como consequência da reforma universitária e da resolução de 1969, verificou-se a ampliação acelerada do número de faculdades no começo da década de 1970, especialmente pela iniciativa privada. De acordo com Taffarel (1993), o período político autoritário no Brasil marcou o surgimento de inúmeros cursos superiores de Educação Física, além de acentuar a influência militar neste campo educacional. A autora informa também que, durante o regime militar, em 1968, estavam registradas 4 escolas superiores voltadas para a área no estado de São Paulo. Já em 1975, este número evoluiu para 36 e, dois anos depois, para 100 escolas em todo o território nacional.

Outro marco da Educação Física até final da década de 1970 é o caráter assumido frente à fase de esportivização, pois há neste momento o desenvolvimento intenso do esporte nos espaços escolares, com auxílio de investimento do governo nesta área. Segundo Castellani Filho (1994), esta extrema valorização do esporte tinha o caráter de desviar a atenção da população, mais especificamente dos jovens, dos grandes problemas internos pelos quais o país passava, para que não se organizassem e nem interferissem nas questões sociopolíticas do país. Mas o próprio autor, neste mesmo estudo, reconhece que não foi necessariamente isto o que aconteceu, em especial com relação aos estudantes da educação superior.

²⁰ Estudo da vida humana em seus aspectos celular, anatômico, fisiológico, funcional, mecânico, preventivo. Estudo dos exercícios gímnico desportivos em seus aspectos físicos, motores, lúdicos, agonísticos, artístico. Estudo das matérias pedagógicas: didática, estrutura e funcionamento do ensino, psicologia da educação e prática de ensino. (SOUZA NETO et al, 2004).

No âmbito universitário, durante 1978, em meio a debates sobre o sistema educacional, há propostas para a formação em Educação Física com habilitações específicas, o que só irá acontecer em 1987, questão que será abordada posteriormente.

Nesta primeira fase, com base no objeto desta investigação, pode-se compreender, a partir do resgate histórico dos cursos de Educação Física no Brasil, a aproximação da criação dos mesmos relacionados com as questões econômicas e com o momento político de cada período no país. Evidencia-se nesta fase a dificuldade de legitimação da área, devido ao aparecimento dos cursos com a influência das instituições militares e da classe médica. Observa-se, também, que já no final da década de 1970 há propostas para diferenciação da Educação Física.

3.2 FASE II: A abertura política no Brasil e a fragmentação da área de Educação Física

Para Coimbra (2007), na década de 1980 a área da Educação Física é marcada pelo processo de reordenamento do trabalho docente. Além disso, a Educação Física neste momento sofre influência das teorias críticas sociais, ou seja, há novos subsídios teóricos para a formação, que reorientaram a sua prática. Também iniciou no curso um processo de valorização dos conhecimentos produzidos pela ciência – por conta da criação de mestrados e doutorados na área, o que propiciou mudanças de paradigma para o campo, pois neste momento ocorre o processo de reestruturação e abertura das economias no sentido de redemocratização do país.

De acordo com Neira e Eto (2005), no período de 1964 a 1985 (ditadura militar) houve um crescimento no ensino superior, mas especialmente nos cursos de Educação Física, com um aumento de 1017% no número de cursos, passando de 8 para 94 estabelecimentos, devido, em grande parte, à preparação de mão de obra especializada para dar base ao crescimento econômico gerado pelo progresso industrial brasileiro.

Diante da elaboração de leis, decretos e novos currículos escolares direcionados para consolidação de uma nova organização da sociedade é aprovada a Resolução n. 003/1987, que entre as medidas, destaca o processo de fragmentação da área de Educação Física, com a criação da titulação em bacharelado para atender o mercado não escolar, diante dos inúmeros campos de atuação que surgiam, além do aumento da carga-horária do curso para quatro anos de duração. De acordo Nozaki (2004), no início da criação da formação em bacharel em Educação Física, este era oferecido por poucas instituições superiores no Brasil, pois as instituições de ensino optaram por criar cursos únicos de licenciatura, com uma formação integral (ampliada), que tinha a prerrogativa legal de atuação nos campos de trabalho tanto dentro quanto fora da escola.

Seguindo o desfecho proposto pela nova Resolução, destaca-se o número de cursos de Educação Física, já que em 1993 havia 104 cursos, dos quais 11 estavam em processo de implementação no país. Já no ano seguinte, há registro de 128 cursos superiores de Educação Física, e apenas 5 se destinavam especialmente ao bacharelado. (TAFFAREL, 1993; COIMBRA, 2007). Neste momento foi possível uma formação conhecida pelo modelo 3+1, em que com mais um ano de formação era possível a conclusão do curso de bacharelado, juntamente com o curso de licenciatura.

Outro processo importante neste período de análise refere-se à política baseada no modelo neoliberal, consolidada pela liberdade de comércio e por garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social do país, a qual foi acentuada no Brasil nos anos 1990, no governo de FHC, trazendo uma série de mudanças econômicas orientadas pelos organismos multilaterais, em virtude do agravamento da crise do capital.

Com relação à educação, uma das ações em conjunto com o modelo econômico vigente que se destaca é a reforma educacional, em especial para o ensino superior. Neste nível do sistema educacional brasileiro, visualiza-se o processo de diferenciação institucional, principalmente entre os segmentos

privados²¹, e diversificação de fontes de financiamentos das instituições de ensino superior, que, de acordo com Sguissardi (2000, p.47), “integra o discurso e a prática das políticas e reformas da educação superior no Brasil (...)”.

Como já discutido no capítulo anterior, observa-se, diante disso, o desenvolvimento do setor privado no nível superior, presente desde a ditadura militar, mas que a partir da promulgação da Constituição de 1988, que explicitou a possibilidade da existência de escolas com fins lucrativos, acelerou seu crescimento. Ainda, a aprovação da LDB 9.394/1996, entendida como lei complementar que regulamenta as diretrizes e bases para a educação nacional, que alterou substancialmente os sistemas de ensino, em especial o ensino universitário, devido a seu caráter flexibilizador, possibilitou às instituições de ensino, no exercício de sua autonomia, construir, entre outras coisas, seu projeto político-pedagógico. Além disso, com o encaminhamento desta lei, abriu-se a possibilidade da educação de igualar-se a uma mercadoria qualquer. A partir das mudanças curriculares, por exemplo, foi imposta a formação de um novo perfil de profissional.

Além desta nova forma de caracterizar a educação, em particular a Educação Física, foi aprovada a lei 9.696, de 1º de setembro de 1998, sobre a regulamentação do profissional. Tal lei que se constitui de cinco artigos utilizados para fiscalizar o exercício profissional de Educação Física. Devido a isso, houve a criação do Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física – respectivamente o sistema CONFEF/CREF²² –, responsáveis por um novo delineamento no campo da intervenção e da graduação, baseado no profissionalismo, devido às mudanças no mundo do trabalho, e dos ajustes estruturais e políticos advindos da reestruturação do capital, o que de maneira geral ocasionou um novo desenho para a área da educação como um todo.

²¹ A partir de 1997, os estabelecimentos particulares de ensino não usufruíram mais da imunidade tributária sobre a renda, os serviços e o patrimônio, passando a ser classificados em privadas *stricto sensu* e sem fins lucrativos (confessionais comunitárias e filantrópicas) (CARVALHO, 2006).

²² O CONFEF constitui-se como autarquia de regime especial, uma entidade civil sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, destinado a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício das atividades próprias dos profissionais de Educação Física (ALMEIDA; MONTAGNER; GUTIERREZ, 2009).

Além disso, o Sistema CONFEF/CREFs, órgão fiscalizador do exercício profissional, utiliza como argumento a defesa do profissional de Educação Física, cujo compromisso é contribuir para a melhoria da qualidade de vida, para a solução de problemas e conflitos sociais e para a construção compartilhada do consenso e da coesão sociais.

Esse processo de regulamentação gerou controvérsias, sendo criado um movimento com posicionamento contrário à regulamentação da profissão. O grupo representado pelo Movimento Nacional Contra a Regulamentação (MNCR), de acordo Almeida, Montgner e Gutierrez (2009),

aponta para questões que incidem particularmente sobre o Sistema CONFEF/CREF, como a falta de esclarecimento de seus objetivos; a tentativa de retomada de espaço político pelos setores conservadores da Educação Física; resoluções da profissão constituídas em reuniões restritas, tais como o código de ética, chapa, estatuto, estágio extracurricular e, por último, a definição do paradigma da Educação Física como aptidão física.

Nozaki (2004) e Faria Junior (1996) apontam que a regulamentação da profissão traduz uma ideia privatista de Educação Física, por apoiar o crescimento de cursos em faculdades privadas e bacharelados. Para tanto, Nozaki (2004) afirma que a lei, quando em vigor, restringiu o mercado de trabalho aos profissionais de Educação Física, devido à obrigatoriedade do registro no conselho. Como consequência, houve aumento pela busca de diploma, fomentando a abertura de vários cursos de graduação em Educação Física, com o intuito de darem conta da enorme demanda que se produziu devido a tais exigências. Além disso, com a regulamentação percebe-se na área a retomada das teorias ligadas à aptidão física, além de expor a interferência do CONFEF no que diz respeito à formação acadêmica dos novos professores/profissionais de Educação Física.

Nozaki (2004) afirma, ainda, que a Educação Física na década de 1990 sofre um processo de desvalorização enquanto disciplina curricular no sistema regular de ensino. Enquanto isso, fora do meio escolar, ela representa um valor positivo, identificada na perspectiva da promoção da saúde e da obtenção da qualidade de vida.

O início do século XXI é permeado por uma série de decretos e resoluções tanto para formação de professores para a educação básica como para a Educação Física, diante da reformulação das políticas públicas impostas pelo governo. Como resposta, tal fato está interligado ao processo de crescimento dos cursos de graduação em Educação Física.

Nesse sentido, o Parecer 009/2001²³ expõe as Diretrizes Curriculares para a formação de professores para a educação básica em nível de licenciatura de graduação plena. Neste Parecer é extinta a formação 3+1 (3 anos de licenciatura e + 1 de bacharelado = licenciado e bacharel).

Acompanhando a aprovação das Diretrizes Curriculares para a formação de professores da educação básica, observa-se que em 3 de abril de 2002 são implantadas as Diretrizes Curriculares da Educação Física através do Parecer nº0138/2002, que alterou a forma de organização e formação de professores da educação básica. Tal Parecer apresenta como objeto de estudo o movimento humano (saber-fazer), além da alteração da Educação Física para o campo da saúde, devido em grande parte a intervenções representadas pelo Conselho Federal de Educação Física.

Diante desta nova proposta curricular, Coimbra (2006) destaca que vários grupos (Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte, MNCR, o Movimento Estudantil de Educação Física) se mostraram contrários às diretrizes, propondo alterações no Parecer 138/02. Como consequência deste protesto foi possível, através de uma carta enviada ao CNE, o pedido de revogação da homologação de tal parecer.

Houve alterações no Parecer nº 138/2002 para a Resolução nº 7 CNE, aprovada em 31 de março de 2004, mas sem mudanças substanciais. O currículo de Educação Física assume, nesse momento, outra configuração, por meio da formação fragmentada em duas modalidades: Licenciatura e Bacharelado²⁴. Com isso, os cursos de graduação em Educação Física do país sofreram modificações curriculares, passando também a ter duração de quatro anos.

²³ Não entraremos no mérito das discussões sobre as prerrogativas das diretrizes curriculares citadas com relação aos pontos positivos e negativos das mesmas. Mas, vale consultar autores como Nozaki (2004); Lemos (2008); e Both (2009), que fazem o debate sobre as diretrizes curriculares e o reordenamento do mundo do trabalho e suas implicações para os cursos de Educação Física.

²⁴ No Brasil temos dois tipos de cursos superiores de formação de profissionais de Educação Física: uma é chamada de Licenciatura em Educação Física, que busca preparar o profissional para atuar nas escolas de ensino infantil, fundamental e médio; a outra é chamada de Bacharelado em Educação Física, que visa a preparar o profissional para atuar em atividades fora da escola, como academias de ginástica, clubes esportivos, hotéis, clínicas de reabilitação etc.

Neste momento, pode-se destacar o debate travado durante os anos 1980, a partir da primeira tentativa de fragmentação da área. A diferença entre o processo de criação do bacharelado em 1987 e o imposto pela atual resolução se justifica devido à maneira de conceber a formação e a valorização da Educação Física, pois as mudanças estão interligadas ao conjunto de ações direcionadas pela política de ajustes estruturais implementadas pelo Estado. Além disso, estas Diretrizes Curriculares, especialmente para os cursos de Educação Física, se inserem num complexo processo de estratégias de reformas educacionais do país, sob as orientações de organismos internacionais, mediadas, por sua vez, pela crise do capital.

Por meio deste processo de mudanças no currículo da área em estudo, atrelado às novas demandas sociais do mundo contemporâneo, percebe-se um aumento gradativo do número de cursos de Educação Física, que nos primeiros anos do século XXI, em 2004, já tinha passado para 469 e, em 2008, chegava à 783 (INEP, 2009)

Como fechamento, pode-se destacar uma nova fase para educação superior no Brasil, especial para os cursos de Educação Física envolvidos no processo de reorganização curricular e reformulação do campo de formação e atuação, a partir da promulgação da LDB 9.394/1996 e legislação complementar, e também da aprovação da lei da regulamentação do profissional de Educação Física, a qual acelerou o processo de crescimento do ensino superior, principalmente via setor empresarial. Evidencia-se, ainda, a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais, foram estabelecidas diante do intenso processo de mudança política e econômica no país, especialmente no início do XXI.

3.3 FASE III: (Re)organização da Educação Física – as diretrizes curriculares nacionais e o crescimento do curso

Santos e Simões (2008, p.260) destacam em seu estudo que os “novos níveis e modalidades de educação, aumento da oferta dos cursos, maior número de alunos, surgimento de novas instituições, estabeleceram um contexto de crescente demanda e competitividade”. Nesse sentido, há como desafio para educação

estabelecer a harmonia no crescimento do ensino superior, no que diz respeito à conciliação de aspectos quantitativos e qualitativos.

Em particular, os cursos de Educação Física acompanham as transformações a partir de mudanças da área, como: regulamentação da profissão, novas áreas de atuação, criação dos conselhos de Educação Física e alterações nas próprias Diretrizes Curriculares Nacionais.

Entrando no mérito do processo de evolução dos cursos de graduação em Educação Física, percebe-se, por meio de alguns estudos de Neira e Eto (2005); Coimbra (2007); Santos e Simões (2008); Silva et al (2009), que houve um aumento acima da média de crescimento geral dos cursos neste nível de ensino. Havia 117 cursos superiores de Educação Física em 1991, e num espaço de quase vinte anos, estão registrados 825 cursos no ano de 2009, representando um crescimento da oferta de cursos superiores neste campo de 605%.

O processo de expansão dos cursos em estudo está relacionado com o entendimento da dualidade das diretrizes, com um mercado interessado em campos do conhecimento e intervenção cada vez mais numerosos e especializados, que resultam em crescente multiplicidade de formação no campo da Educação Física, para além da licenciatura e do bacharelado.

De acordo com os dados estatísticos da educação superior elaborados pela Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED) referentes aos cursos de Educação Física, posteriormente detalhados, no período de 1991 a 2009 são encontrados diferentes cursos a partir da mesma raiz comum, tais como:

- Educação Física- referente à formação em bacharelado;
- Esportes;
- Formação de Professores de Educação Física;
- Formação de Professores de Educação Física para a educação básica;
- Gestão Desportiva e de Lazer;
- Ginástica;
- Treinamento físico (esportes).

Vale ressaltar, que de acordo com o último Censo em análise, referente ao ano de 2009, não há registro de cursos de Ginástica e Treinamento Desportivo.

Com o aparecimento de diferentes campos de atuação de Educação Física foi possível perceber que nos anos 2000, do total de 267 cursos, dois eram de Esportes, localizados um na região sudeste e outro na região sul; dois de Formação de professores para educação básica, presentes na região sul; 90 cursos de Educação Física, e 173 de Formação de professores de Educação Física.

O crescimento dos cursos e a fragmentação do campo de formação e de atuação do profissional de Educação Física acompanham a expansão da educação superior geral no Brasil, mas vale ressaltar a participação da iniciativa privada frente às novas tendências para ensino superior, em particular para a Educação Física. Santos e Simões (2008) revelam o crescimento expressivo, sobretudo, do setor privado, tendo como referência o número de cursos de Educação Física, pois no ano de 2004, nas instituições públicas, havia 33,68%, enquanto as instituições privadas contavam com 66,32% dos cursos desta área. Conseqüentemente, a oferta de vagas nessas duas esferas também acompanhará esses percentuais.

Também no ano de 2007, há registro do aumento do percentual para o ensino privado. De acordo com o portal do INEP, o salto de crescimento foi de 79,8% das vagas ofertadas para os cursos de Educação Física de 2006 para 2007.

Nesse sentido, a ampliação da oferta dos cursos de Educação Física é decorrente do fato de que este, segundo Silva, Nicolino e Figueiredo (2009) é um campo acadêmico profissional em expansão, especialmente como comercialização da formação superior. Além disso, está integrado no contexto de significativo crescimento do ensino superior no Brasil, intimamente relacionado com os acontecimentos político-econômicos do país, que direcionaram ações para a reforma da educação, em meio a uma reestruturação produtiva e a nova forma de conceber a educação, via interesses do mercado.

Como exposto em outro momento do estudo, percebe-se que estas ações estão envolvidas com interesses políticos, transformando a educação, como um todo, num bem de consumo, principalmente via setor privado. O Estado passa a ser

omisso de responsabilidades com as políticas sociais, direcionando-as para a iniciativa privada, em especial, para a educação superior, sem a preocupação de uma formação profissional de qualidade, que sem dúvida necessitaria estar interligada ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Dessa forma, este estudo auxilia no reconhecimento da Educação Física enquanto disciplina/área de conhecimento e a compreensão das diversas ações/intervenções históricas, dentro do processo de expansão dos cursos de Educação Física, como também do ensino superior brasileiro.

4 Indicadores da educação superior no Brasil: um enfoque nos cursos de Educação Física

4.1 Considerações gerais sobre o ensino superior no Brasil

Este capítulo tem como objetivo apresentar o crescimento do ensino superior no Brasil, tendo como foco os cursos de Educação Física. Para organização das informações utilizou-se a base de dados do INEP, a qual contempla a sinopse do Censo da Educação Superior de 2009, como ponto importante de análise, pois no momento em que os dados foram selecionados, este ano representava a situação mais atualizada deste nível de ensino. Também há exposição da evolução da expansão do ensino superior no período de 1997 a 2009. Além disso, tentou-se trazer para esta parte do estudo as discussões apresentadas nos capítulos anteriores.

Para analisar a educação superior no Brasil, estruturou-se o capítulo em três seções, contemplando dados significativos para auxiliar no entendimento sobre este nível educacional. Para isso, as tabelas apresentam os dados gerais sobre o ensino superior, para em seguida decorrer sobre a evolução deste processo juntamente com os cursos de Educação Física. Por último, há exposição do contexto da educação superior no Brasil e do curso de graduação presencial em análise.

Ao longo do estudo, percebe-se que o aumento das IES está envolvido, principalmente, com a rede privada. Dessa forma, para a organização dos dados priorizou-se, em quase todas as tabelas e gráficos, a relação entre as categorias administrativas das IES e os demais dados.

A dificuldade para apresentação dos dados deveu-se às alterações no formato das sinopses do ensino superior no Brasil nos últimos anos, tendo alguns resultados sido excluídos de um ano para o outro.

O ponto inicial de análise sobre os dados gerais do ensino superior no Brasil conta com oito tabelas, levando em consideração os ajustes estruturais e fiscais, relacionados com as mudanças na política do país, incentivadas pelos organismos internacionais como forma de reduzir a interferência estatal nos mercados e promover a competitividade na economia e que, como visto no estudo, estão presentes ao longo dos tempos neste nível de ensino.

Tabela 1 – Número de Instituições na Educação Superior em cursos de graduação presencial, segundo organização acadêmica e dependência administrativa, em 2009.

IES	Pública	%	Privada	%	Total
Universidade	100	53,8	86	46,2	186
Centro Universitário	7	5,5	120	94,5	127
Faculdade	103	5,2	1.863	94,8	1.966
IF e Cefet	35	100	0	-	35
Total	245	10,6	2.069	89,4	2.314

Fonte: Mec/Inep. Sinopse Estatística da Educação Superior/2009.

A partir da análise geral sobre o Censo da Educação Superior no Brasil elaborada pelo Inep, na tab. 1, os dados foram organizados por número de instituição, separados por organização acadêmica e dependência administrativa. Verifica-se no ano de 2009 o total de 2.314 IES no país, sendo 2.069 (89,4%) no setor privado e apenas 245 (10,6%) vinculadas ao setor público. Já quanto à organização acadêmica das IES, percebe-se, nesta tabela, como exposto ao longo do estudo, o grande avanço do setor privado em todos os segmentos, pois enquanto há 7 (5,5%) centro universitários e 103 (5,2%) faculdades em IES públicas, o espaço educacional privado conta com 120 (94,5%) e 1.863 (94,8%) instituições nestes dois tipos de organizações acadêmicas, respectivamente. Como observado em diferentes períodos do ensino superior brasileiro, as universidades, devido ao modelo de tríade entre ensino, pesquisa e extensão, as quais exigem maior investimento para formação neste sistema, aparecem em maior número no setor público, sendo 100 (53,8%) IES públicas e 86 (46,2%) IES privadas, diferença percentual de 16,4% entre estes dois setores.

Como ressalta Neves (2002, p.46), a base da atual estrutura e funcionamento da educação superior brasileira está vinculada ao processo histórico de transformação deste nível educacional, desde a Lei nº 5.540/68, referente à Reforma Universitária, que orientou as medidas para organização do sistema da educação superior no país. De acordo com a autora, “(...) a partir desta Reforma, as universidades deveriam ter mais autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira (...)”. Além disso, destaca-se também a política educacional adotada a partir dos anos 1990 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, e também no início do século XXI, com a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. Cada um com suas particularidades, ambos impuseram uma série de instrumentos normativos referentes à reforma da educação superior brasileira, tendo como base dessas ações a aprovação da LDB 9.394/1996, que colaborou para a diversificação das instituições e a expansão via setor privado. Para observar estas mudanças, a tab. 2 a seguir evidencia a evolução das IES nos setores público e privado por organização acadêmica.

Tabela 2 – Evolução do número de Instituições na Educação Superior, segundo a categoria administrativa e a organização acadêmica – 1997/2001/2005/2009.

Ano	Universidade		Faculdades Integradas, Centro Universitários		Estabelecimentos Isolados*		Total organização acadêmica		Total Geral
	Púb.	Priv.	Púb.	Priv.	Púb.	Priv.	Púb.	Priv.	
1997	77	73	1	90	133	526	211	689	900
2001	71	85	4	161	108	962	183	1.208	1.391
2005	90	86	7	224	134	1.624	231	1.934	2.165
2009	100	86	7	120	138	1.863	245	2.069	2.314

Fonte: Mec/Inep/Deaes- Sinopse Estatística da Educação Superior / Evolução 1980 – 1998.
(^a): *Faculdades, Escolas, Institutos, IF e Cefets.

Na tab.2, sobre a evolução do número de IES, vê-se que em 1997, um ano após a aprovação da LDB 9.394/1996, eram 900 instituições, das quais 211 localizadas no setor público e 689 no espaço privado. Além disso, no período pós-LDB pode-se notar que a forma de organização institucional predominante no setor privado é de faculdades, escolas e institutos, com 526 IES. Após quatro anos, há registro de 1.391 instituições (2001), sendo que houve uma diminuição do setor público para 183, o que corresponde a -15,3%; em contrapartida, nota-se o crescimento do setor privado, com 1.209 (75,3%) IES. Este fator pode ser explicado, como ressaltam Chaves, Lima e Medeiros (2006, p. 9), através da Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, referente ao Plano Nacional de Educação daquele período, em que o governo reconhecia a necessidade de expansão do ensino superior no país, “(...) mas defendia que essa devia ser feita com a “racionalização dos gastos e diversificação do sistema” além, é claro, da contribuição valiosa das instituições privadas (...)”.

Dando continuidade à análise dos dados da tab. 2, observa-se que no ano de 2005, no governo de Lula, havia um total de 2.165 IES, sendo 231 (10,7%) públicas, das quais 90 universidades; 7 centros universitários; 134 faculdades, escolas, institutos, IF e/ou Cefets neste setor. Já no setor privado das 1.934 (89,3%) instituições 86 eram universidades; 224 centros universitários; 1.624 faculdades, escolas, institutos, IF e/ou Cefets. Com relação ao último ano analisado, 2009, houve um crescimento de 157,1% do número de IES (1997-2009), além de um predomínio do setor privado em todos os tipos de organizações acadêmicas, sendo 2.069 estabelecimentos privados, entre os quais 86 universidades, 120 centros universitários e, com maior concentração, 1.863 faculdades, escolas, Institutos, IF e/ou Cefets.

Como dito ao longo da pesquisa, a expansão das IES privadas está relacionada à omissão dos governos em relação ao crescimento das instituições públicas, já que há transferência de investimentos do Estado para o setor privado, pois se cria uma reserva de mercado para este meio de forma desorganizada, como uma série de mecanismos adotados para auxiliar a demanda por ensino superior, entre eles: Prouni, Financiamento Estudantil, Isenção Fiscal (Chaves, et al ; Silva, et. Al , 2009). Além disso, neste contexto de crescimento, vale ressaltar o Reuni, enquanto

política de expansão via setor público, o qual induz as instituições federais à expansão do número de matrículas, sem a preocupação em ampliar as vagas para concursos para professores, o que gera uma precarização do trabalho docente.

Na próxima tabela será apresentado o número de instituições, juntamente com a região geográfica, ressaltando o crescimento do setor privado com relação as formas de organizações acadêmicas.

Tabela 3 – Número de Instituições na Educação Superior, por organização acadêmica e dependência administrativa, segundo região geográfica, em 2009.

Região	Universidade				Centro Universitário				Faculdades				IF e Cefet		
	Pú	%	Pri	%	Pú	%	Pri	%	Pú	%	Pri	%	Pú	%	Pri
Centro-Oeste	9	64,3	5	35,7	0	-	11	100	4	1,9	211	98,1	3	100	0
Sudeste	28	35,0	52	65,0	3	3,6	81	96,4	68	7,4	847	92,6	11	100	0
Sul	21	48,8	22	51,2	3	15,8	16	84,2	9	2,8	309	97,2	6	100	0
Nordeste	29	82,9	6	17,1	0	-	4	100	22	5,5	377	94,5	10	100	0
Norte	13	92,9	1	7,1	1	11,1	8	88,9	0	-	119	100	5	100	0
	100		86		7		120		103		1.863		35		0

Fonte: Mec/Inep. Sinopse Estatística da Educação Superior/2009.

Com os dados do Inep é possível perceber que a região Centro-Oeste possui 10,5% (243) do total de IES; já a região Sudeste, apresenta 1.090 instituições, em percentual, 47,1%; nos estados que compõem a região Sul há um total de 386 (16,7%) de IES; a região Nordeste conta com 448 instituições (19,4%); e por último, vem a região Norte, que dispõe de apenas 6,4% (147) das IES do Brasil. Um fator relevante refere-se ao número elevado de instituições no setor privado presentes em todas as regiões, especialmente vinculadas à organização acadêmica do tipo faculdades. Por exemplo, na região Sudeste, 847 (92,6%) IES desta organização estão presentes na esfera particular; seguidas pela região Nordeste, com 377 (94,5%); pela região Sul com 309 (97,2%); a região Centro-Oeste com 211 (98,1) e, por fim, temos região Norte, onde não há faculdades públicas, somente privadas, com 119 IES. Além disso, das cinco regiões, em relação ao número total de universidades, há concentração do setor público na região Nordeste, com 29

instituições desta organização, e 6 universidades no setor privado, devido uma lógica de mercado de busca por zonas mais rentáveis para o investimento em educação privada, portanto, devido às características demográficas desta região, não há interesses da rede particular em instalar instituições que não rendam lucro.

Dando sequência, a próxima tabela expõe a evolução do número de cursos de graduação presencial no país.

Tabela 4 – Evolução do número de cursos de graduação presencial, por categoria administrativa– 1997/2001/2005/2009.

Ano	Cursos	Pública	%	Privada	%
1997	6.132	2.698	45,0	3.434	56,0
2001	12.155	4.601	37,9	7.754	63,8
2005	20.407	6.191	30,3	14.216	69,7
2009	27.827	8.228	29,6	19.599	70,4

Fonte:MEC/Inep/Deaes

Na tab. 4, observa-se um crescimento de 353,7% (1997 a 2009) nos cursos de graduação presencial no país. No último ano analisado, 2009, dos 27.827 cursos, apenas 8.228 (29,6%) estão em IES públicas, e os 19.599 (70,4%) restantes, no setor privado. Este aumento considerável, principalmente, da rede privada, está presente também nos outros anos pesquisados, pois do total de 12.155 cursos em 2001, 4.601 (37,9%) estão no setor público e 7.754 (63,8%) no privado; em 2005, dos mais de 20.407 cursos, apenas 6.191 (30,3%) estão presentes no setor público e 14.216 (69,7%) estão vinculados à esfera privada.

Os dados ressaltam as reformas implementadas no país, pois se verifica um aumento significativo do peso das instituições privadas no ensino superior nos últimos anos, particularmente no final de 1990, a partir da privatização de alguns setores, presentes de forma clara nos dois governos estudados. Segundo Chaves (2010, p. 483), “(...) assim, a educação superior deixa de ser direito social, transformando-se em mercadoria”. Dentro deste contexto, há incentivo para tornar o ensino superior diversificado e flexível, com o objetivo de expansão com contenção

dos gastos públicos, via setor privado, por meio da liberalização dos serviços educacionais.

Além disso, Silva Jr e Sguissardi (2001) afirmam que as reformas no campo educacional expõem a mercantilização do saber e do ensino, ou seja, esse campo passa a ser organizado pelo capital, num processo de expansão sem limites, pois nota-se que em particular o ensino superior deixa de ser relacionado como uma política educacional e passa a ser visto como uma política econômica de mercado.

A tab. 5, a seguir, indica como estão organizados os cursos de graduação presencial nas diferentes regiões do país e qual o tipo de organização acadêmica presente em cada região, segundo a categoria administrativa.

Tabela 5 – Número de cursos de graduação presencial, por organização acadêmica e dependência administrativa, segundo a região geográfica, em 2009.

Regiões	Universidade				Centro Universitário				Faculdade				IF e Cefet		
	Pu	%	Pri	%	Pú	%	Pri	%	Pú	%	Pri	%	Pú	%	Pri
Centro – Oeste	796	72,5	303	27,6	0	-	289	100	34	3,3	1.019	96,8	63	100	0
Sudeste	1.939	31	4.313	68,9	37	1,54	2.357	98,5	284	6,4	4.184	93,7	164	100	0
Sul	1.407	44,7	1.744	55,4	41	7,9	479	91,6	91	5,4	1.581	94,6	43	100	0
Nordeste	2.048	88	277	11,9	0	0	144	100	80	3,9	1.946	96	160	100	0
Norte	971	93,6	67	6,5	15	6,5	218	93,6	0	-	678	100	55	100	0
Total	7.161		6.704		93		3.487		489		9.408		485		

Fonte: Mec/Inep. Censo Escolar, Ensino Superior, 2009.

Na tab. 5 pode-se constatar que, do total de 13.865 cursos presenciais em universidades públicas e privadas, a região Nordeste apresenta maior número de cursos de graduação presencial em universidades públicas 2.048 (88%), já a região Sudeste possui maior número desta organização acadêmica no setor privado, com

4.313 (68,9%). Outro fator relevante é a concentração de cursos em centros universitários e faculdades, principalmente vinculados à esfera privada de ensino, sendo que, da soma geral dos cursos de graduação presencial, em centros universitários, 3.580 cursos, o setor privado responde por 3.487, aproximadamente 98% e o setor público com apenas 93 (2,6%).

Como colocam Silva Jr. e Sguissardi (2001, p. 193), a concentração de IES isoladas, em sua maioria privadas, organizadas como universidades, nas regiões Sul e Sudeste “(...) se deve à estreita relação existente entre essa categoria de IES e nível de renda ou poder aquisitivo da população (...)”.

Os dados apresentados na tab. 5 também reforçam a nova política destinada à educação superior, ou seja, o governo passa a criar programas de impacto direto na expansão do setor privado. Como ressaltam Gomes & Moraes (2009), o crescimento da educação superior nos últimos dez anos está ligado ao financiamento privado através dos serviços públicos, contribuindo para a definição da educação como mercadoria.

Tabela 6 – Matrículas em curso de graduação presencial, segundo dependência administrativa e por organização acadêmica, em 2009.

Matrículas por organização acadêmica	Pública		Privada		Total
		%		%	
Universidade	1.190.596	43,8	1.525.124	56,2	2.715.720
Centro Universitário	13.849	1,9	697.479	98,1	711.328
Faculdades	91.990	5,6	1.542.125	94,4	1.634.115
IF e Cefets	54.733	100	0	-	54.733
Total	1.351.168	26,4	3.764.728	74	5.115.896

Fonte: Mec/Inep. Censo Escolar, Ensino Superior, 2009.

A tab. 6 foi organizada com os dados disponibilizados pelo INEP, segundo o número de matrículas no ano de 2009. Pretende-se, com esta tabela, verificar em

qual organização acadêmica há maior concentração de matrículas e qual setor é responsável por este aumento. Do total de 5.115.896 matrículas, 1.351.168 (26,41%) estão destinadas ao setor público; já o setor privado, com 3.764.728, aproximadamente, corresponde a 74% das matrículas da educação superior do país. Segundo a organização acadêmica, o maior número de matrículas é em faculdades, com 94,4%, seguido das universidades, com 56,2%, vinculadas ao setor privado; já no setor público há um número maior, de 43,8%, de matrículas em universidades.

O ensino superior privado tem mais de dois séculos de atuação no Brasil, ocupando aproximadamente 75% do número de matrículas neste nível de ensino, pois a partir do momento em que houve modificações na legislação e entrou em curso a política de incentivo às instituições privadas, estimuladas pelo governo a se expandir, houve a oferta de cursos aligeirados, voltados apenas para o ensino, o que ocasionou o aumento no número de matrículas nestas instituições em diferentes regiões do país (CHAVES, 2010; SAMPAIO 2011).

A seguir, a tab. 7 indica a evolução do número de matrículas na educação superior no período de 1997/2001/2005/2009, o qual corresponde ao crescimento via um tipo de categoria administrativa.

Tabela 7 – Evolução do número de matrículas na Educação Superior, por dependência administrativa – 1997/2001/2005/2009.

Anos						
	Matrículas	Pública	%	Privada	%	Total de cursos
1997	1.945.615	759.182	39,0	1.186.433	61,0	6.132
2001	3.030.754	939.225	31,0	2.091.529	69,0	12.155
2005	4.453.156	1.192.189	26,8	3.260.967	73,2	20.407
2009	5.115.896	1.268.371	24,8	3.847.525	75,2	27.827

Fonte: Mec/Inep/Deaes - Sinopse Estatística da Educação Superior / Evolução 1980 – 1998.

Pode-se notar na tab. 7 o aumento de 67,07% (1997 a 2009) de matrículas no setor público e de 224,29% no setor privado no mesmo período. O acelerado

crescimento do setor privado está relacionado com o incentivo do governo, principalmente a partir da diversificação das instituições e diferenciação das fontes, que auxiliaram na ampliação deste setor.

Em contrapartida, esta expansão não vem acompanhada de uma equidade entre o que é ministrado no setor público e no privado, já que como ressaltam Gomes & Moraes (2009), o setor privado é um setor massificado, através da privatização da oferta de vagas na educação superior, por meio da baixa qualidade do ensino, ligada a diferentes fatores, como a condição de infraestrutura física, os critérios de acesso, o processo de formação do conhecimento baseado nos interesses do mercado.

Tabela 8 – Número de vagas oferecidas, ingressos, matrículas e concluintes, segundo dependência administrativa, em 2009.

	Pública	%	Privada	%	Total
Nº de vagas oferecidas	393.882	12,5	2.770.797	87,6	3.164.679
Ingressos	354.331	23,5	1.157.057	76,6	1.511.388
Matrículas	1.351.168	26,4	3.764.728	73,6	5.115.896
Concluintes	187.804	22,8	639.124	77,3	826.928

Fonte: Mec/Inep. Censo Escolar, Ensino Superior, 2009.

Com a tab. 8 é possível ampliar esse debate sobre o setor privado, pois foram analisados o número de vagas oferecidas, ingressos, matrículas e concluintes no ano de 2009. Na tabela acima, do total de vagas oferecidas 3.164.679, 87,6% (2.770.797) foram ofertadas no setor privado, mas ao relacionar as vagas e os ingressos no ensino particular, há uma sobra de 1.613.740 vagas neste setor e, ao mesmo tempo, percebe-se o baixo número de concluintes: apenas 639.124 vinculados a este setor. Já na esfera pública, não ocorre esta disparidade, pois foram oferecidas 393.882 (12,5%) vagas, sendo que houve 354.331 (23,5%) ingressos e 187.804 (22,8%) concluintes. Quanto às matrículas nos dois setores, do total de 5.115.896, 73,6% (3.764.728) são destinadas ao setor privado e 26,4% (1.351.168) ao setor público.

O que vale ressaltar nesta tabela é o número de vagas ociosas no setor privado, que ocorre, principalmente, devido ao crescimento desordenado do setor, mas também, como coloca Sousa (2010, p. 10), “(...) em função da gestão universitária que um grande número das IES privadas adota, é comum a prática que se convencionou chamar de “estoque de vagas” (...)”, pois essas instituições solicitam ao MEC a abertura de um número mais elevado de vagas, considerando a quantidade de vagas que elas, de fato, pretendem oferecer.

4.2 Percepção sobre os cursos de graduação presencial em Educação Física no Brasil

Neste item, as tabelas ilustram as discussões apresentadas ao longo do estudo, sobre a expansão do ensino superior, tendo como foco os dados referentes aos cursos de Educação Física. Nesse sentido, os dados expostos foram organizados tendo como base os determinantes políticos, como leis, decretos e resoluções, que permeiam a formação em Educação Física, pois estes auxiliam para o entendimento das mudanças, entre elas, a forma de organização dos cursos e dependência administrativa desta área. Para tanto, foram elaboradas cinco tabelas e dois gráficos que auxiliam no entendimento do campo em diferentes aspectos do ensino superior.

Tabela 9 – Número de cursos na graduação presencial de Educação Física, segundo organização acadêmica e dependência administrativa, em 2009.

Organização acadêmica	Educação Física				
	Pública	%	Privada	%	Total
Universidade	193	45,0	236	55,0	429
Centro Universitário	8	5,3	143	94,7	151
Faculdade	15	6,2	226	93,8	241
IF e Cefet.	4	100	0	-	4
Total	220	26,7	605	73,3	825

Fonte: Mec/Inep. Censo Escolar, Ensino Superior, 2009.

Na tab. 9, os dados estão organizados segundo o número de cursos de graduação presencial de Educação Física no Brasil, por organização acadêmica e dependência administrativa. De acordo com o censo, há 825 cursos no país, sendo 220 em instituições públicas, aproximadamente 27%, e em instituições privadas são 605 cursos, equivalente a 73,3%. Conforme citado na análise geral do ensino superior no Brasil, pode-se notar a concentração, também na Educação Física, de cursos na rede privada e, principalmente, vinculados a universidades e faculdades, sendo 236 (55,0%) e 226 (93,8%), respectivamente, neste setor; enquanto o espaço público conta com 193 (45,0%) cursos de Educação Física em universidades e 15 (6,2%) em faculdades. Além disso, nesta tabela é possível visualizar que do total de 151 centros universitários com cursos de Educação Física, 143, ou seja, 94,7%, estão presentes no setor privado e apenas 8 (5,3%) vinculados ao setor público; já na organização acadêmica do tipo IF e Cefets, estão vinculados 4 (100%) cursos, todos no setor público .

De acordo com Silva, Nicolino e Figueiredo (2009), a ampliação da oferta do ensino superior em Educação Física ocorre devido ao processo de comercialização da formação superior, já que, neste nível de ensino, as políticas educacionais são direcionadas aos os interesses do mercado. Além disso, como visto, houve aumento dos estabelecimentos isolados, como faculdades e centro universitários, principalmente, de natureza privada, devido ao incentivo do governo à expansão deste setor, como forma de atender de maneira imediata o aumento da população ao ensino superior.

A tabela a seguir evidencia o número de cursos de Educação Física por região geográfica e por dependência administrativa no ano de 2009.

Tabela 10 – Número de cursos de Educação Física na Educação Superior, por organização acadêmica e dependência administrativa, segundo a região geográfica, em 2009.

Regiões	Universidade				Centro Universitário				Faculdade				IF e Cefet		Total
	Pú	%	Pri	%	Pú	%	Pri	%	Pú	%	Pri	%	Pú	Pri	
Centro-Oeste	28	14,5	10	4,2	0	-	10	7,0	1	6,7	21	9,3	0	-	70
Sudeste	45	23,3	151	64,0	3	37,5	100	69,9	10	66,7	114	50,4	0	-	423
Sul	43	22,3	68	28,8	4	50	20	14,0	2	13,3	39	17,3	0	-	176
Nordeste	43	22,3	6	2,5	0	-	5	3,5	2	13,3	41	18,1	3	-	100
Norte	34	17,6	1	0,42	1	12,5	8	5,6	0	-	11	4,9	1	-	56
Total	193	100	236	100	8	100	143	100	15	100	226	100	4	-	825

Fonte: Mec/Inep. Censo Escolar, Ensino Superior, 2009.

Segundo os dados divulgados pelo Inep, na região Sudeste localizam-se 51% (423) dos cursos de Educação Física da educação superior; na região Sul, 21% (176); na região Nordeste, 12% (100); enquanto na região Centro-Oeste, há aproximadamente 9% (70); e na região Norte, apenas 7% (56). Quanto à organização acadêmica os cursos de Educação Física, estão concentrados em universidades, centros universitários e faculdades, presentes na região Sudeste (64%; 70%; 50%, respectivamente), ligadas ao setor privado de ensino. Em estudo realizado por Neira e Eto (2005) sobre o crescimento dos cursos de Educação Física, os autores afirmam que a supremacia da região Sudeste ocorre por apresentar a maior densidade demográfica do país, que atualmente corresponde a 87 hab/Km² (IBGE, 2010). A alta concentração da população nesta região ocasiona um aumento na procura por qualificação profissional e, conseqüentemente, a concentração de maior contingente de matrículas. As regiões Norte e Nordeste apresentam pequeno número de cursos de Educação Física comparada com as demais regiões, mas grande parte destes cursos estão em IES públicas.

Tabela 11 – Número de cursos na graduação presencial em Educação Física, segundo programa e/ou cursos, por dependência administrativa e região geográfica, em 2009.

Regiões	Educação Física		Esportes		Formação de Prof. de Ed. Física		Formação de Prof. de Ed. Física para a Ed. Básica		Gestão Desportiva e Lazer		Total
	Púb	Priv	Púb	Priv	Púb	Priv	Púb	Priv	Púb	Priv	
Centro- Oeste	7	21	0	0	22	20	0	0	0	0	70
Sudeste	29	172	2	3	26	183	1	0	0	7	423
Sul	21	63	1	0	23	64	3	0	1	0	176
Nordeste	14	26	0	0	31	26	1	0	2	0	100
Norte	23	5	0	0	13	14	0	1	0	0	56
Total	94	287	3	3	115	307	5	1	3	7	825

Fonte: Mec/Inep. Censo Escolar, Ensino Superior, 2009.

Na tab. 11 os dados estão organizados segundo programa e/ou curso de Educação Física presentes em cada região do Brasil e por segmento administrativo. Quanto ao tipo de formação acadêmica, estão em funcionamento cinco programas e/ou cursos distribuídos por área geral (educação, saúde e bem-estar social, serviços) e área específica (formação de professores e ciências da educação, saúde, serviços pessoais), de acordo com o Censo da Educação Superior de 2009. Como pode-se ver na tabela anterior (tab.10), a maioria dos cursos de Educação Física na educação superior está na região Sudeste. Assim, há nesta região 201 cursos de Educação Física, sendo 29 no setor público e 172 no setor privado; 5 em Esportes; 209 para Formação de Professores de Educação Física; 1 para Formação de Professores de Educação Física para a Educação Básica e 7 cursos privados de Gestão Desportiva e de Lazer . Nas demais regiões, entre os cursos de Educação Física que se referem à formação em bacharelado, localizados na área geral de saúde e bem-estar social, aparecem na região Sul 84 cursos; na região Nordeste, 40; nas regiões Centro-Oeste e Norte, 28 cursos em cada uma. Na área geral

Educação, em que se encontram os cursos de Formação de Professores de Educação Física e Formação de Professores de Educação Física para Educação Básica, há 428 cursos, sendo 120 no setor público e 308 no setor privado. Vale ressaltar que a Formação de Professores de Educação Física, referente à graduação em licenciatura, se concentra no setor privado em quase todas as regiões do país, com predomínio na região Sudeste, com 183, e na região Sul, com 64 cursos. A região Norte, com 56 cursos, destaca-se pela concentração destes programas na rede pública, pois são 36 cursos em IES organizadas pelo Estado, sendo 23 cursos de Educação Física e 13 de Formação de Professores de Educação Física.

Nota-se em todo o Brasil o crescimento das IES privadas, o que ocorre também com os cursos presenciais de Educação Física, tendo em vista as facilidades para obtenção de recursos financeiros junto ao Estado.

Além disso, os dados apresentados refletem a efetiva expansão de instituições, cursos e matrículas, como visto o crescimento elevado de programas/cursos em algumas regiões, pois a partir da LDB 9394/1996, a qual permitiu a criação de diferentes tipos de segmentos acadêmicos e maior diferença na organização curricular impulsionou o aumento da oferta de cursos no ensino superior.

Como afirma Coimbra (2007), pode-se dizer que as diretrizes curriculares da Educação Física estão apoiadas na política de Estado expressa no Plano Nacional de Educação 10.172/2001, baseada na flexibilidade das instituições de ensino superior, sendo que as atuais diretrizes, de acordo com o MEC, apontam para formação de um profissional mais adaptável às novas e emergentes demandas, ou seja, desvinculada de uma formação fundamentada na compreensão do mundo do trabalho.

Na tab. 12, a seguir, os cursos de Educação Física estão organizados de acordo com organização acadêmica e categoria administrativa, referentes ao ano de 2009.

Tabela 12 – Programas e/ou cursos de Educação Física na graduação presencial, por organização acadêmica e dependência administrativa, em 2009.

Cursos e/ou Programas	Universidade		Centro Universitário		Faculdades		IF e Cefets		Total
	Púb	Priv	Púb	Priv	Púb	Priv	Púb	Priv	
Educação Física	85	113	4	74	5	100	0	0	381
Esportes	3	0	0	3	0	0	0	0	6
Formação de Prof. de Ed. Física	101	120	4	64	8	123	2	0	422
Formação de Prof. de Ed. Física para Ed. Básica	3	0	0	0	2	1	0	0	6
Gestão Desportiva e de Lazer	1	3	0	2	0	2	2	0	10
Total	193	236	8	143	15	226	4	0	825

Fonte: Mec/Inep. Censo Escolar, Ensino Superior, 2009.

No setor público, há 193 cursos em universidades, sendo 85 de Educação Física; 3 de Esportes; 101 de Formação de Professores de Educação Física; 3 programas de Formação de Professores de Educação Física para a Educação Básica, e 1 de Gestão Desportiva e Lazer. Há ainda 8 cursos em centros universitários, dos quais 4 de Educação Física e 4 de Formação de Professores de Educação Física; 15 em faculdades, sendo 5 em cursos de Educação Física; 8 de Formação de Professores de Educação Física e 2 de Formação de Educação Física para a Educação Básica. Por último, existem 4 cursos em IF e Cefets, 2 de Formação de Professores de Educação Física e 2 de Gestão Desportiva e Lazer.

No setor privado, são 236 em universidades, dos quais 113 cursos de Educação Física; 120 de Formação de Professores de Educação Física, 3 de Gestão Desportiva e Lazer. Nos centros universitários, há 143 cursos: 74 de Educação Física; 3 de Esportes; 64 de Formação de Professores de Educação

Física e 2 de Gestão Desportiva e Lazer. Em faculdades, são 226 cursos, sendo 100 de Educação Física; 123 de Formação de Professores de Educação Física; 1 de Formação de Professores de Educação Física para a Educação Básica e 2 de Gestão Desportiva e Lazer .

Com os dados das tabelas 11 e 12, segundo a organização acadêmica, pode-se concluir que do total dos cursos de Educação Física, a maioria, 429, está em universidades; seguida das faculdades, com 241, dos centros universitários, com 151; e dos IFs e Cefets, com 4 cursos. Já quanto ao tipo de curso e/ou programa, são 422 cursos de Formação de Professores de Educação Física, sendo 115 em instituições públicas e 307 em instituições privadas; também constam 381 cursos de Educação Física (94 públicas e 287 privadas); 10 cursos de Gestão Desportiva e de Lazer; e, por último, existem 6 programas de Esportes e 6 de Formação de Professores de Educação Física para a Educação Básica.

Diante disso, observa-se a concentração de cursos de licenciatura (Formação de Professores de Educação Física, Formação de Professores de Educação Física para a Educação Básica), o que pode ser explicado pela trajetória histórica de formação deste campo profissional no país, vinculada à atuação deste profissional no contexto escolar, o qual, no entanto, como já citado ao longo estudo, por meio de reformas políticas, passou por alterações, para se adaptar aos interesses e demandas de mercado.

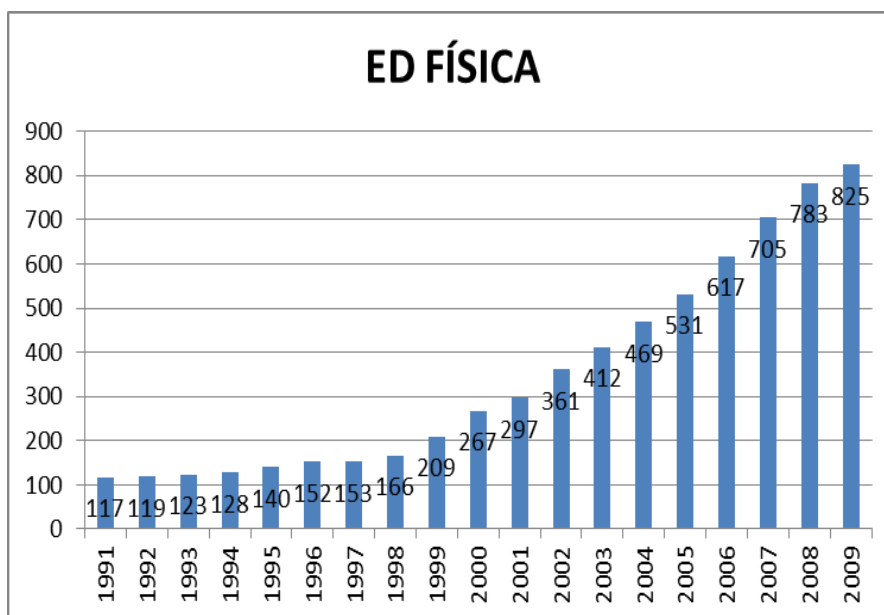


Figura 1 – Gráfico demonstrativo da evolução do número de cursos na graduação presencial em Educação Física no Brasil 1991 a 2009.

Para ilustrar o crescimento dos cursos de Educação Física na educação superior, a figura acima apresenta o número de cursos em 1991, com um total de 117; no ano 2000, com 267 programas de Educação Física, o que equivale a um aumento de 128,2%; e no último ano de análise, 2009, com 825 cursos, um percentual de crescimento de 208,9% em nove anos. Verifica-se também que o aumento da oferta de cursos ocorre independentemente da organização acadêmica da instituição.

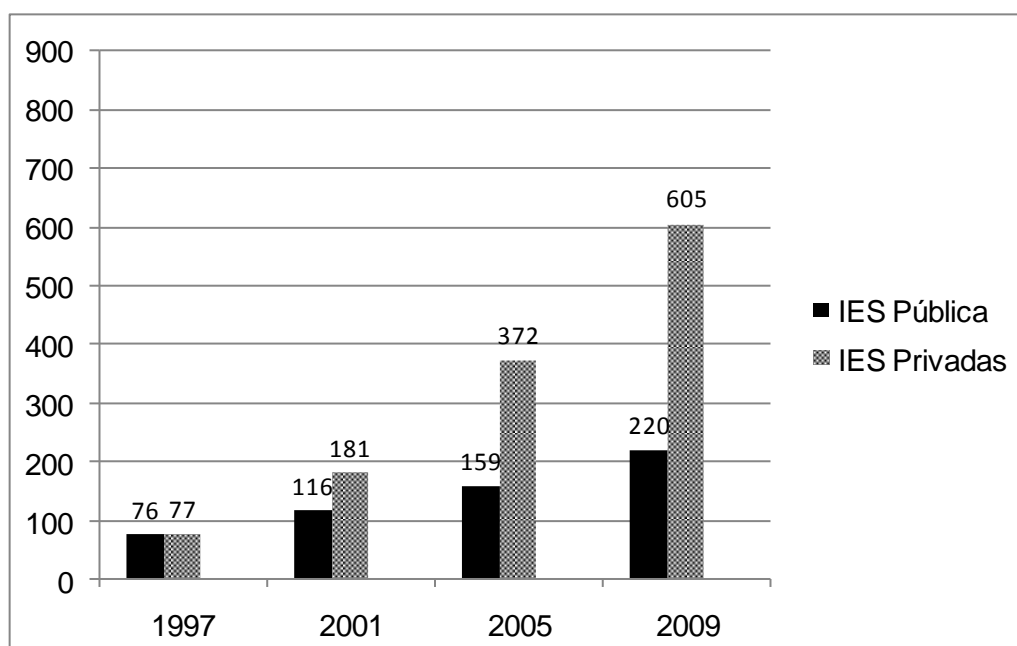


Figura 2 - Gráfico demonstrativo da evolução do número de cursos na graduação presencial em Educação Física, segundo dependência administrativa – 1997/2001/2005 e 2009.

A Fig. 2 aponta o crescimento de IES com cursos de graduação presencial em Educação Física por tipo de categoria administrativa no período de 1997/2001/2005/2009. Quanto ao setor público, houve um aumento de 189,4% (1997 – 2009). Já no setor privado, o aumento do número de cursos foi de 685,7%. Vale ressaltar que esta diferença entre os dois setores aparece a partir de 2005, sendo 159 (30%) cursos de Educação Física públicos e 372 (70%) no setor privado.

Este fator de crescimento dos cursos no setor privado está apoiado na política neoliberal adotada no país, a partir de meados de 1990, pois, como afirma Chaves (2006, p. 13), “(...) a redução de investimentos públicos e a defesa da diversificação das fontes de financiamento foram centrais na reforma da educação superior (...)”, propiciando ao setor privado e, em especial, aos cursos de Educação Física, atender a demanda por formação nesta área.

Tabela 13 – Evolução do número de cursos, matrículas, vagas oferecidas e concluintes na graduação presencial em Educação Física – 1997/2001/2005/2009.

Ano	Total de Cursos	Matrículas	Vagas Oferecidas	Concluintes
1997	153	45.244	17.272	6.480
2001	297	79.949	35.663	9.619
2005	531	159.484	81.287	21.228
2009	825	163.528	106.970	35.523

Fonte: Mec/Inep/ DEED.

Seguindo a análise das figuras 1 e 2, a tab. 13 apresenta a evolução do número de cursos, matrículas, vagas oferecidas e concluintes de Educação Física no país. Pode-se notar que houve um crescimento de 439,2% no número de cursos de 1997 a 2009. Enquanto em 1997 havia 153 cursos; em 2001 eles passaram para 297; em 2005, para 531 e, em quatro anos, houve um aumento de 294 programas e/ou cursos de Educação Física. Com relação ao número de matrículas, houve um aumento de 261,4% (1997 - 2009); já de acordo com as vagas oferecidas, há uma diferença de 519,3% entre os períodos analisados, fator que pode ser justificado pelo incremento do setor privado de ensino, como visto na tab.9, referente ao número de cursos de Educação Física nos setores público e privado. Além disso, nestes dozes anos houve crescimento de 448,1% em relação ao número de concluintes de Educação Física no país. Por último, de acordo com o Resumo Técnico da Educação Superior de 2009, o curso de Educação Física aparece em oitavo lugar entre os dez maiores cursos de graduação presencial em número de matrículas com 163.528 (3,2%).

Observa-se que o número de cursos de graduação no Brasil, em 2009, totalizava 27.827, sendo 29,6% alocados em IES públicas e 70,4% em IES privadas. Esta situação é observada também nos cursos de Educação Física, área em que, dos 825 cursos distribuídos pelas regiões do país, 26,7% estão no setor público e 73,3%, no setor privado. Estes dados reforçam o modelo educacional no Brasil, pois há elevadas taxas de crescimento da educação no setor privado devido à lógica de

expansão do mercado, uma vez que o Estado tem se isentado do papel executivo de políticas públicas para a educação. (RISTOFF; HERTER, 2006)

4.3 O contexto dos cursos de Educação Física na educação superior no Brasil

As evidências que surgiram dos resultados apresentados nas tabelas analisadas apontam para a expansão desordenada da oferta de cursos e vagas em Educação Física nas diferentes regiões brasileiras, a partir de meados dos anos 1990, acompanhando a lógica de crescimento da educação superior brasileira. Estes cursos presenciais de Educação Física estão concentrados nas regiões Sudeste (423) e Sul (176). Nesse sentido, a região Sudeste apresenta o maior número de universidades, centros universitários e faculdades, particularmente em decorrência dos investimentos de instituições privadas. Além disso, nesta região o tipo de curso em maior quantidade é o de Formação de Professores de Educação Física, com 183 cursos, já que este tipo de formação é considerado como um dos mais antigos na educação superior.

Quanto à organização acadêmica e tipo de dependência administrativa destes cursos, há concentração nas universidades e faculdades privadas (236; 226, respectivamente), seguidas das universidades públicas (193), dos centros universitários privados (143); das faculdades públicas (15); dos centros universitários públicos (8); e, por último, dos cursos de Educação Física em IF e Cefet (4).

Conforme anteriormente mencionado, a criação de outros campos de atuação para a Educação Física, passando de uma formação generalista para uma formação específica, contribuiu para a fragmentação profissional, atendendo a demandas e exigências do mercado (Silva et. al, 2009). Entretanto, percebe-se, ao mesmo tempo, a dificuldade de uma qualificação profissional adequada, ou seja, vinculada a uma formação cidadã.

Outro fator relevante neste contexto é o apoio e o investimento do Estado para a propagação e o desenvolvimento de instituições de ensino superior privadas, que recebem autorização do MEC para o seu funcionamento, pois este setor, que

tem como finalidade o rendimento e o lucro, acaba por expandir o número de instituições e cursos de forma desordenada, sem se preocupar com medidas e controles qualitativos de implantação e acompanhamento.

Além disso, percebe-se que este crescimento das instituições privadas está envolvido num contexto maior, que é o da política neoliberal, adotada no Brasil a partir do mandato de FHC, com elementos de continuidade no governo Lula, refletindo nas contradições e na dualidade do desenvolvimento do ensino superior no Brasil, em especial para a formação em Educação Física. Como coloca Carvalho (2006), houve continuidade de ações nos dois governos, que se relacionam a partir da indefinição quanto à autonomia universitária das instituições, à manutenção da centralização administrativa e à política para formação de professores, determinantes para o entendimento deste nível de ensino em cada mandato.

Vale ressaltar ainda que os indicadores objetivos sobre a educação superior e o curso em estudo apresentados demonstram um maior acesso ao ensino superior para a população. Porém, é necessário ter-se atenção para a forma como se dará a oferta de ensino, como ocorrerá a produção do conhecimento e o processo de intervenção social deste profissional nos diferentes estabelecimentos de ensino. É preciso pensar na melhoria da qualidade de ensino da educação básica ao ensino superior, para possibilitar o acesso da população ao ensino superior gratuito, a partir de uma formação plural, através da qual se possa dialogar com a sociedade.

Considerações finais

Este trabalho procurou analisar a expansão do ensino superior no Brasil, tendo como foco os cursos de graduação presencial em Educação Física. Para alcançar o objetivo do estudo, foi preciso realizar uma retrospectiva histórica do ensino superior no país, identificar os setores públicos e privados frente a este nível de ensino, para então discorrer sobre a trajetória dos cursos de Educação Física.

Inicialmente, observou-se o crescimento expressivo do ensino superior, a partir da década de 1990, com o governo Fernando Henrique Cardoso, pois houve, no período, reduzido investimento no setor público e relativo aumento do setor privado, que se tornou um importante setor econômico, com grande poder de intervenção nas políticas públicas. Mais adiante, notou-se, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a continuidade de projetos iniciados no governo anterior, com a criação de programas governamentais para aumentar o acesso ao ensino superior via investimentos no setor privado, como também a expansão do setor público, por meio do crescimento do número de matrículas, sem a preocupação de observar, aquilo que se defende como ensino de qualidade, relacionados com estrutura física, recursos humanos, corpo docente, entre outros aspectos.

No governo de FHC, a reforma da educação foi marcada pela aprovação da LDB 9.394/1996, através da qual o Estado assumiu o papel de destaque no controle e na gestão da política educacional, pois houve alterações, em particular, na forma de organização do sistema de educação superior, já que se buscava, por exemplo, romper com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como também com ações deliberadas, direcionando o ensino para o setor privado. Isto ocorre através de políticas que priorizam a diferenciação institucional e a diversificação de cursos e programas, a qual gera uma expansão desordenada e baseada na privatização desse nível de ensino. Assim, o Estado passou a ser omissor de suas obrigações com o ensino público e procurou investir junto à esfera privada, ação percebida também no governo Lula.

Com o apoio e o investimento do Estado, houve a rápida propagação e o desenvolvimento do ensino superior privado, com finalidades de rendimento e lucro, priorizando as demandas e exigências do mercado. Assim, tal processo mostra-se preocupante, vista a transferência de responsabilidades e deveres do Estado para com o ensino, pois as medidas e controles qualitativos de implementação e acompanhamento ainda são pequenas, bem como as restrições para o surgimento de novos programas e cursos ligados ao setor privado.

Nesse sentido, foi possível perceber que o ensino superior brasileiro está envolvido num complexo e heterogêneo modelo de educação, imposto por organismos internacionais, que ditaram as normas para colocar este nível de ensino à disposição dos interesses de mercado.

A partir das tabelas organizadas para análise do estudo, notou-se o crescimento do setor privado em quase todas as organizações acadêmicas, mas vale destacar o predomínio de instituições isoladas, que não priorizam o desenvolvimento da pesquisa e da extensão, a partir da flexibilização na oferta deste nível de ensino, com o objetivo de expansão com contenção dos gastos públicos, via setor privado, por meio da liberalização dos serviços educacionais.

Como visto, regionalmente o setor público e privado apresentam comportamentos diferentes, sendo possível notar a visão do ensino como mercadoria, como também a ausência de garantia de acesso ao ensino superior de forma democrática em todo o país. Enquanto as instituições públicas estão, em sua maioria, nas regiões Norte e Nordeste, as privadas estão no Sul e no Sudeste, devido, principalmente, ao desenvolvimento econômico de cada região.

Com relação à Educação Física, desde a sua origem até os dias atuais ficou o entendimento de que a construção do campo foi se alterando devido às mudanças políticas, como também às relacionadas aos interesses de mercado, principalmente no período da ditadura militar e, novamente, na década de 1990, marcando a formação da área de Educação Física.

Os resultados sobre os cursos de Educação Física no país mostram que, mesmo presentes na área da saúde, a maioria está ligada à formação de professores, ou seja, possuem grau acadêmico de licenciatura, para atuação

profissional no contexto escolar. Além disso, nota-se uma grande diferença de cursos por região da federação, com supremacia da região Sudeste, seguida pelas regiões Sul e Nordeste. Por isso, deve-se pensar numa forma de garantir a oferta em todas as unidades da federação, minimizando as desigualdades regionais.

Portanto, a expansão dos cursos de Educação Física segue a própria lógica nacional de crescimento, sendo observada, principalmente, na década de 1990, diante de um processo amplo de mudanças estruturais na economia, que introduziram a mercantilização da educação. Sobre essa base, os cursos de Educação Física têm ampliado a sua demanda (cobertura) entre a população.

Foi possível notar, então, que houve expansão tanto do setor público como do privado, mas bem aquém do planejado, já que houve aumento do setor público nos moldes do setor privado, ou seja, sob critérios basicamente quantitativos. Ao mesmo tempo, o setor privado se expandiu, numa lógica diferenciada de funcionamento, destinada às novas exigências do mercado, que vai de encontro àquilo que se defende como educação de qualidade, com a preocupação de uma formação integral.

Essas mudanças que ocorreram no ensino superior, relacionadas aos segmentos administrativos, refletem na formação em Educação Física, pois houve a fragmentação dos cursos e a abertura de diferentes programas nesta área, a maioria no setor privado.

Desse modo, como exposto no início deste estudo, em relação à educação como direito público e dever do Estado, o que se nota é a transformação deste setor de bens e serviços em uma mercadoria, a ser negociada por interesses capitalistas – de mercado.

Para concluir, não se é contra a expansão do ensino superior, pois o acesso a este nível de educação foi possível, nos últimos anos, em lugares onde antes não o era. Entretanto, é necessário pensar de que forma ocorre essa expansão, em como oferecer uma educação superior baseada na qualidade da produção do conhecimento e interligada à intervenção social, a partir de um conjunto de políticas sociais que promovam condições igualitárias de acesso e permanência nesse nível de ensino.

Em síntese, o processo de crescimento do ensino superior, a fim de garantir maior oferta de acesso, precisa estar articulado com políticas públicas que visem aos interesses e necessidades da sociedade e considerem a qualidade como um eixo essencial a ser desenvolvido.

Referências

ALMEIDA, M. A.B.; MONTGNER, P. C.; GUTIERREZ, G. L. A inserção da regulamentação da profissão na área de educação física, dez anos depois: embates, debates e perspectivas. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 03, p. 275-292, jul./set. 2009.

AZEVEDO, A.C.B.; MALINA, A. Memória do currículo de formação profissional em educação física no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.25, n.2, p.129-42, jan. 2004.

BANCO MUNDIAL. La Ensanñanza Superior: Las lecciones derivadas de la experiencia. (El Desarrollo en la práctica) Washington, D.C: BIRD/BANCO MUNDIAL, 1994.

BARREYRO, G. B. **Mapa do ensino superior privado**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

BATTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BETTI, M. **Educação física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BOAS, S.V. **Ensino superior particular: um vôo histórico**. São Paulo: Editora Segmento, 2004.

BOTH, V. J. **Mudanças no mundo do trabalho e suas implicações na educação física**. 2009. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/ CES 058/2004**, de 18 de fevereiro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.cmconsultoria.com.br/legislacao/resolucoes/2004/res_2004_0007_CNE_CES.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2011.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7**, de 31 de Março de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Brasília, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf. Acesso: 23 abr. 2011.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

_____. **Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, 1997.

_____. **Decreto nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Estabelece as diretrizes e bases para a educação brasileira. Brasília, 1961.

_____. **Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, 2007. Disponível em : < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> Acesso em : 14 jul. 2010.

_____. **Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008**. Dispõe sobre o censo anual da educação. Brasília, 2008. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6425.htm> Acesso em : 3 out. 2011

_____. **Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920**. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1920.

_____. **Decreto nº 23.252, de 19 de outubro de 1933**. Cria a Escola de Educação Física do Exército e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1933.

_____. **Decreto-lei n. 1.212, 7 abr. 1939**. Dispõe sobre a criação da escola nacional de educação física e desporto na universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 1939. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/>> Acesso em: 13 set.2011.

_____. **Decreto-lei n. 8.270, 3 dez. 1945**. Dispõe sobre alterações do Decreto-Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939. Rio de Janeiro, 1945. Disponível em: < <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-8270-3-dezembro-1945-457382-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 15 out. 2011.

_____. **Lei nº 2.914, de 5 de janeiro de 1915**. Reforma Carlos Maximiliano. Fixa a Despesa Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1915. Rio de Janeiro, 1915.

_____. **Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961**: lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm. Acesso em: 27 mar. 2010.

_____. **Lei n. 5.540, 28 nov. 1968, Lei da Reforma Universitária**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm> Acesso em: 20 jul.2011.

_____. Lei n. 9.637 de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 maio 1998.

_____. **Lei n. 9.696, de 1 de setembro de 1998**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educação física e cria os respectivos conselho federal e conselhos regionais de educação física. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9696.htm> Acesso: 23 abr. 2011.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases n. 9.394/96**. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm> > Acesso em: 10 jun. 2010.

_____. Presidência da República. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Câmara de Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho**. Brasília, 1995.

_____. **Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – ProUni. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em : 13 jul. 2011.

_____. **Lei nº 10.801 de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, 2004.

CARVALHO, C. H. de. **Política para o ensino superior no Brasil (1996-2005): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado**. 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/.../trabalho_gt11.htm.> Acesso em: 9 out.2011.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física: história que não se conta**. 4.ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

CAVALCANTE, J.F. Educação superior: conceitos, definições e classificações, Brasília, DF, INEP, 2000.

_____. **Política educacional e Educação Física**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

CHAUÍ, M. Produtividade e humanidades. **Tempo Social** : Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.1. n.2, p.45-71, 1989. Disponível em:<<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v012/produktividade.pdf>.> Acesso em: 12 nov. 2011.

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, v. 31, n.111, p. 481-500, abr./jun. 2010.

_____. **A política da educação superior** : entre o público e o privado. 2005. Disponível em:< <http://www.anped.org.br/reunioes/28/inicio.htm> > Acesso em: 12 jan.2011.

_____. ; LIMA, R. N.; MEDEIROS, L. Política de Expansão, Diversificação e Privatização da educação superior brasileira. In: SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR, 12., 2006, Campo Grande. **Anais ...** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em:< <http://www.oei.es/pdf2/educacao-superior-brasil-10-anos.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2010.

COIMBRA, T.C. A reforma da educação superior no Brasil : mediações quanto o papel das diretrizes curriculares da educação física. In: ENCONTRO FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, 11., 2007, Niterói, RJ. **Anais ...** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007. p.120-132.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer n. 215, 11 mar. 1987.** Documenta, Rio de Janeiro, n.315, mar. 1987.

_____. **Parecer CFE 894/1969, de 02 de dezembro de 1969.** Trata do currículo mínimo de Educação Física. Documenta, Rio de Janeiro, n.109, p. 153-157, dez. 1969.

_____. Resolução CFE 69/1969, de 06 de novembro de 1969. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização dos Cursos de Educação Física. **Documenta**, Rio de Janeiro, n.109, p. 157-159, dez. 1969.

ENQUITA, M. F. **Trabalho, escola e ideologia** : Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FARIA JUNIOR, A. O velho problema da regulamentação: contribuições e críticas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v.17, n.3, p. 266-272, 1996.

FÁVERO, M.L.A. A universidade no Brasil : das origens a reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p.17-36, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>> Acesso em: 28 dez.2011.

FIGUEIREDO, Z. C.C. **Formação profissional em educação física e o mundo do trabalho.** Vitória, ES: Faculdade Salesiana, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, A. M.; MORAES, K.N. de. **A expansão da educação superior no Brasil contemporâneo** : questões para o debate. 2009. Disponível em: < http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/trabalho_gt_11.html > Acesso em : 9 out. 2011.

GONÇALVES, S. A. Estado e expansão do ensino privado no Brasil: uma análise institucional dos anos de 1990. **Educar**, Curitiba, n.31, 2008. p. 91-111.

GORDO, M. E. S. C. **A formação profissional em educação física no Pará e aspiração discente**. Dissertação (Mestrado), Belém/ Pará: Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, 2011.

IBGE. **Censo demográfico 2010**: educação, resultados da amostra. Rio de Janeiro, 2011.

INEP. **Censo da educação superior**: evolução estatística 1980-1998. Brasília, DF, 1999. Disponível em: < <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

_____. **Censo da educação superior**: sinopse estatística do ensino superior 2001. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse>> Acesso em: 10 mar. 2010.

_____. A trajetória dos cursos de graduação na saúde: 1991-2004: educação física. Brasília, DF, 2006c.

_____. **Censo da educação superior**: sinopse estatística do ensino superior 2005. Brasília, DF, 2006. Disponível em: < <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

_____. **Censo da educação superior**: sinopse estatística da educação superior 2009. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse>> . Acesso em: 10 mar. 2010.

_____. **Resumo Técnico**: censo da Educação Superior, 2009. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

LEMOS, L. M. **Formação profissional e a inserção dos egressos do curso de educação física da Unijuí no mercado e no mundo do trabalho : 1995-2006**. Trabalho de conclusão de curso (Educação Física) - UNIJUÍ, 2008.

LIMA, K. R. R.; PRADO, F. H. S.; VIEIRA, R.B. Políticas públicas de “democratização” da educação superior no governo Lula : Enem, Prouni, Reuni. In: Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo – Marxismo, Educação e Emancipação Humana, 5., 2011, Florianópolis, SC. **Anais ...** Disponível em: < http://5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_09/e09c_t001.pdf> Acesso em: 26 out. 2011.

MAGNO, M. F. **Estado, Direito e Políticas públicas**: um estudo sobre a incidência normativa na educação superior a partir da constituição federal de 1988. 2009. 212f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação. Universidade Federal do Pará, Belém (PA).

MARINHO, I. P. **História geral da Educação Física**. São Paulo: Cia Brasil, 1980.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n.106, p.15-35,

jan./abr. 2009. Disponível em:< <http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 10 dez. 2011.

MELO, V. A. **História da educação física e do esporte no Brasil** : panorama e perspectivas. São Paulo: Ibrasa, 1999.

MENDES, V. R. **Democracia participativa e educação** : a sociedade e os rumos da escola pública. São Paulo: Cortez, 2009.

MINTO, W. L. **O público e o privado nas reformas do ensino superior brasileiro: do golpe de 1964 aos anos 90**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

NEIRA, M.G; ETO, J. Expansão dos cursos de Educação Física no estado de Mato Grosso do Sul e Região Centro-Oeste: uma análise da política educacional do Ensino Superior. **Revista Digital**, Buenos Aires, v.10, n.83, 2005. Disponível em:<<http://www.efdeportes.com>>. Acesso em: 28 jan. 2010.

NEVES, C. E. B. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In: SOARES, M. (coord.). **Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002. p.43-86.

NOZAKI, H. T. **Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

OLIVEIRA, J. Prefácio. In: SILVA JR., J.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do estado e mudanças na produção**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, J. F. DOURADO, L. F. Educação Superior: o público e o privado na produção do trabalho acadêmico. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V (Org.). **O público e o privado na educação: interfaces entre o estado e sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005. p.57-80.

OLIVEN, A. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. (coord.). **Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002. p.31-42.

OTRANTO, C. R. A reforma da educação superior do governo Lula: da inspiração à implantação. In: SILVA JÚNIOR, J. R. S.; OLIVEIRA, J. F.; MANCEBO, D. (Org.). **Reforma universitária: dimensões e perspectivas**. Campinas: Alínea, 2006.

PASTORI, G. Administração Pública. In: BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. 13.ed. Brasília: Ed. Da UnB, 2007.

PEREIRA, L. C. B. **A reforma do Estado dos anos 90 crise e reforma**.1999. Disponível em: < <http://www.mare.gov.br/reforma>.> Acesso em : 15 ago. 2011.

PEREIRA, T. I.; SILVA, L.F.S.C. **As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização?** 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/16316/10573>>. Acesso em: 19 jan.2011.

PERONI, V. M. V.; ADRIÃO, T. A educação pública e sua relação com o setor privado implicações para a democracia educacional. **Revista Retratos na escola**, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/faced/peroni/docs/Revista%20Retratos%20da%20Escola%20Cnte.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2011.

_____.; OLIVEIRA, R.T C. de.; FERNANDES, M. D.E. Estado e Terceiro Setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.30, n.108, p.761 -778, 2009. Disponível em:< <http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 12 out.2011.

PFEIFER, M; GIARETA, P. F. **Expansão da educação superior: panorama e perspectiva para a formação de professores**. 2009. Disponível em:<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3136_1612.pdf>. Acesso em: 10.dez.2011.

PINHEIRO, M. F. O Público e o Privado na Educação: um conflito fora de moda? In: FÁVERO, O. **A educação nas constituintes brasileiras (1823 a 1988)**. São Paulo: Autores Associados, 2001.

RISTOFF, D.; HERTER, M. Educação Superior em Santa Catarina 1991-2004. In: RISTOFF, D.; GIOLO, J. (Org.) **Educação Superior Brasileira 1991-2004**: Santa Catarina. Brasília: INEP, 2006. p.21-61.

SAMPAIO, H. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior Unicamp**, 2011. Disponível em : < http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed04_outubro2011/05_ARTIGO_PRINCIPAL.pdf> Acesso em : 28 dez 2011.

SANTOS, A. L. P; SIMÕES, A.C. Desafios em educação física: considerações sobre a política de avaliações de cursos. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.16, n.59, p.259-274, abr./jun. 2008.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

_____. A universidade e o ensino. In: _____. **A universidade e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: Ed. Universidade Federal do Ceará, 1980.

SGUISSARDI, V. O desafio da educação superior no Brasil: quais são as perspectivas? In: _____. **Educação Superior: velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000.

SILVA, I. G.. **Democracia e participação na reforma do Estado**. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, A. M. ; NICOLINO, A, S; FIGUEIREDO, V.M, C de. A formação profissional em educação física e o processo político social. **Pensar a Prática**, v.12, n.2, 2009.

SILVA JR, J. R.; SGUISSARDI, V. A educação superior privada no Brasil: novos traços de identidade. In: SGUISSARDI, V. (Org.). **Educação Superior**: velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. _____. **Novas faces da educação superior no Brasil**: reforma do estado e mudanças na produção. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SOARES, C. L. **Educação Física**: raízes europeias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 1994.

SOARES, M.C.C. Banco Mundial: políticas e reformas. In: De TOMASI, L., WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez Ed.; Puc /SP; Ação Educativa, 1996, p.15-41.

SOUSA, J.V de. **Aumento das vagas ociosas na educação superior brasileira (2003 – 2008)**: redução do poder indutor da expansão via setor privado ?. 2010. Disponível em : < <http://www.anped11.uerj.br/33anped.htm> > Acesso em : 28 dez 2011.

SOUZA NETO, S. et al. A formação do profissional de educação física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.25, n.2, p.113-28, jan. 2004. Disponível: <<http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/230> > Acesso em: 20 jun. 2010.

TAFFAREL, C. N. Z. **A formação do profissional da Educação**: o processo de trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de Educação Física. 1993. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

TEIXEIRA, A. **O ensino superior no Brasil** : análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas,1969.